

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 83ª
(OCTOGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE REESTRUTURA O
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL,
DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.980, de 2017, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje, quarta-feira, dia 20 de setembro de 2017, fica transformada em comissão geral para debater o projeto de lei complementar que reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais e dá outras providências, bem como as propostas de textos substitutivos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	2

Convido o Deputado Wellington Luiz a presidir os trabalhos da Comissão Geral.

Convido as Sras. e Srs. Deputados bem como todos os convidados a participarem desta comissão no plenário. Quem estiver fora pode entrar porque já vamos começar.

Declaro suspensão a presente comissão geral.

(Suspensa às 15h18min, a sessão é reaberta às 15h53min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Queria lembrar a todos os senhores que a sessão ordinária foi transformada em comissão geral para que possamos debater esse PLC que está na Casa e já tem causado uma certa polêmica. Que tenhamos a oportunidade, pelo diálogo, de conseguirmos uma solução que seja consensual. Essa é a lógica. Vamos discutir.

Tem a apresentação de um substitutivo na Casa. Na reunião de ontem, nós decidimos fazer esta comissão geral para debatermos artigo por artigo desse substitutivo, para que não vire mais uma reunião de conversa e não saíamos daqui melhor do que entramos.

Peço ao Willemann, que trabalhou nesse substitutivo também, que possa passar... Nós vamos ler o substitutivo, e vocês vão poder anotar todas as dúvidas e tirá-las conosco. Logo em seguida, abriremos a palavra para todos. Vamos fazer um *pari passu*: vamos ler, comentar e debater. E o Willemann vai fazer as considerações em relação ao substitutivo, o porquê do substitutivo e de todo esse processo.

Nós vamos estar aqui o tempo inteiro. Eu gostaria de pedir a vocês que só se inscrevam para fazer as observações. A gente quer fazer com bastante objetividade> Queremos resolver esse problema. Queremos achar uma solução conjunta, coletiva, consensual e que seja a solução mesmo.

Então, esta é a lógica dessa reunião de trabalho aqui dessa comissão geral, desse debate que nós vamos fazer aqui: acharmos uma solução consensual para esse problema que se apresenta no País inteiro e que nós temos a chance de resolver de forma sistêmica com o ganho de todos. Todos, os servidores e Brasília.

Concedo a palavra ao José Willemann.

SR. JOSÉ WILLEMANN – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputados da Mesa, Deputados que estão aqui nas bancadas. Boa tarde aos dirigentes sindicais, aos colegas assessores da Câmara Legislativa e a todos os demais presentes.

Bem, vamos direto, então, ao texto do substitutivo. Acho que ainda não chegou uma cópia, mas, se não chegou, está sendo providenciada.

O substitutivo compõe-se de algumas partes, e a parte inicial dele é a alteração...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	3

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só uma observação, Willemann. É que nós ontem distribuimos para todos a cópia, mas estão chegando mais cópias aí para quem não trouxe as de ontem.

SR. JOSÉ WILLEMANN – Perfeito. A parte inicial contempla algumas alterações na Lei Complementar nº 769, e parte delas foram enviadas pelo governo.

Então, a primeira alteração é no art. 59, que afirma: “A contribuição previdenciária patronal do Distrito Federal, de que trata o art. 54, I, será o dobro das contribuições dos servidores ativos”.

Pois bem, o que acontece aqui: hoje a contribuição previdenciária do fundo financeiro já está sendo o dobro, mas é insuficiente para o custeio das aposentadorias e pensões. Do fundo previdenciário, em razão de nós termos tido durante cinco anos sucessivos a contribuição acima daquilo que o cálculo atuarial projetou ser necessário, foi reduzido para 16,55%. Então o próprio governo, nessa mexida que tentou dar, colocou o dobro das contribuições e nós mantivemos isso. Essa alteração significa um aporte de recursos do Tesouro para o fundo previdenciário em torno de 13 milhões de reais, em grandes números. Então essa é a primeira observação.

Art. 72. Também é proposta que veio do governo e que a justificativa apresentada pelo governo foi mantida no substitutivo. “As contribuições previdenciárias e demais débitos previdenciários não recolhidos até o prazo estabelecido no art. 63, parágrafo único, da presente Lei Complementar devem ser atualizados monetariamente pelos mesmos índices praticados em relação aos débitos para com o RGPS e sofrem a incidência de multa de mora, calculada à taxa de 0,33%, por dia de atraso, limitado este acréscimo legal a 20%”.

Qual é a alteração que existe aqui em relação a essa proposta que veio do governo? Hoje a multa de mora é de 2%. E isso serve para aquelas pessoas que continuam vinculadas ao Iprev, à previdência do Distrito Federal, mas que, por alguma razão, afastaram-se dos cargos públicos, contudo, têm o direito de permanecerem filiados. Então, para não perderem a condição de segurados da nossa previdência social, essa pessoa é obrigada a pagar a sua contribuição e a do governo. O que o governo alega é que isso tem... Que esses juros estão muito altos e as pessoas não estão pagando.

Há uma contraproposta em relação a isso – e aí não atenderia àquilo que o governo coloca e também à expectativa das pessoas que estão em débito –; é a de que o cálculo a ser colocado não seria de acordo com os índices de inflação, e sim de acordo com o cálculo atuarial. Então, se o cálculo atuarial apontar a necessidade de um percentual maior, deveria ser esse; ou então, se for menor, também seria menor que a inflação, mas aí é uma discussão um pouco mais complexa. Nós não adentramos nessa questão e mantivemos o texto do governo.

O art. 93 apenas só traz para a lei a criação de uma nova diretoria em relação ao texto original, só que o governo alega que essa diretoria já está criada

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		4

pelos decretos. É desnecessário, inclusive, estar aqui, mas, como não é algo que pareça ter polêmica, foi mantido no texto do substitutivo.

Houve no texto do substitutivo uma alteração em relação aos requisitos. Havia no projeto do governo estes dois requisitos previstos:

I – ter comprovada experiência no exercício de atividade na área previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado em crime de responsabilidade, crime contra a administração pública ou em ilícito de improbidade administrativa.

O governo colocou esse requisito como sendo do diretor indicado pelas categorias. Nós estamos sugerindo no substitutivo que esses requisitos sejam ampliados para todos os diretores, inclusive os indicados pelo governo. Sem prejuízo, evidentemente, de outros requisitos previstos em lei, como os casos de nepotismo, essas questões todas.

O § 3º não significa absolutamente nada em relação à inovação, porque o diretor-presidente pode designar o seu substituto, etc. A polêmica começa de fato na inclusão do art. 114-A, com o objetivo de tentar resolver o problema imediato financeiro do governo. Vamos ao texto:

“Art. 114-A. Para suplementar as receitas do Fundo Financeiro de Previdência, fica instituído, no Iprev/DF, o Fundo Solidário Intergeracional de Emergência – FSIE, de caráter temporário”. Esse é um nome que pode ser trocado à vontade, sem problema.

“§ 1º O Fundo criado por este artigo deve captar até R\$170.000.000,00 por mês, no período de setembro de 2017 a dezembro de 2018”, o que corresponde a dezesseis meses.

“§ 2º Os recursos destinados ao Fundo de que trata este artigo têm a seguinte origem: I – parcela apropriada pelo Distrito Federal, a título de compensação financeira previdenciária da União”.

É aquela questão de uma ação movida pelo Governo do Distrito Federal contra a União sobre a compensação previdenciária entre os regimes. O INSS deve para o Distrito Federal mais de 700 milhões de reais, e não vem cumprindo essa obrigação em razão dos problemas de caixa que também existem na União. O governo entrou na Justiça, e o STF determinou que o Distrito Federal pode fazer uma compensação. Isto é, no lugar de recolher aquilo que o Distrito Federal tem de recolher para o INSS, que é a contribuição sobre a folha de salário do pessoal comissionado, do pessoal requisitado de empresas públicas e também dos terceirizados, o governo não precisa recolher ao Governo Federal e pode fazer a compensação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	5

Aí tem uma questão: nós não sabemos com exatidão qual valor o Distrito Federal vai poder compensar mensalmente. Se puder compensar o total, o valor estimado é de 40 milhões por mês, somando as contribuições da folha do pessoal comissionado, do pessoal temporário – eu me esqueci de falar do pessoal temporário – e também dos terceirizados. Há certa dúvida do governo sobre se eles podem se apropriar da parte recolhida dos terceirizados. Não é que o Distrito Federal vai ficar com o dinheiro desse pessoal, ele vai fazer uma compensação, uma vez que o INSS recebeu dos servidores que estão aposentados.

Para entendermos o que é a contribuição previdenciária, o INSS recebeu dos servidores que estão aposentados durante certo período da vida laboral deles, quando eles não eram servidores do DF, trabalhavam na iniciativa privada. Então, o tempo de trabalho na iniciativa privada tem de ser calculado proporcionalmente ao tempo aqui no Distrito Federal, e a parcela correspondente o INSS tem de fazer o ressarcimento. É o que se chama de compensação financeira entre os diferentes regimes de previdência social. Isso representa algo em torno, entre 20 milhões e 40 milhões, e também não tem impacto, digamos assim, na nossa discussão. Essa contribuição tem de ser usada exclusivamente para pagar aposentadorias e pensões.

Aqui começa a polêmica: inciso II – a contribuição patronal. Quer dizer, o Distrito Federal pode reter, pegar a contribuição patronal e a contribuição dos servidores destinadas ao fundo previdenciário. Essa contribuição, hoje, a dos servidores e mais a patronal, está em torno de 60 milhões de reais por mês. Esse recurso é o que permite a capitalização do sistema. Então, o recurso está sendo aplicado para pagar as futuras aposentadorias da geração que está pagando. Sempre lembrando as diferenças: quem está no fundo financeiro paga as aposentadorias das gerações passadas, e não tem ninguém pagando, contribuindo para suas respectivas aposentadorias. Eu não aposentei ainda, Rosilene. Por enquanto, estamos aqui. Há essa diferença. A ideia, a justificativa para isso, por mais controvertido que isso seja, é que a geração pós 2007, de alguma forma, possa contribuir com a geração passada em razão da segregação de massas. Isso, como eu disse, representa cerca de 60 milhões. Esses 60 milhões, com a parcela anterior, isso dá 80 milhões ou 100 milhões de reais, depende de como o governo vai conseguir apropriar a compensação previdenciária.

No inciso III, parcela de, no máximo, 90 milhões, se forem os 80 milhões, para chegarmos aos 170 milhões. Ou então, de 70 milhões mensais, da rentabilidade dos investimentos obtida pelo fundo previdenciário nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Isso também é bastante polêmico, mas é uma sugestão. O que o governo ganhou de juros no mercado financeiro nos exercícios de 2016, 2017, e o que irá ganhar em 2018, que ele também possa usar para ajudar a pagar as aposentadorias e pensões do fundo financeiro. O que isso representa? Não é algo ilimitado, como foi dito. Todos nós temos direito a sermos contra ou a favor, não tem nenhum problema. Mas o que isso representa?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	6

Em 2016, o rendimento nessa modalidade foi de cerca de 499 milhões. Arredondando, 500 milhões. Este ano, a projeção é de 450 milhões, porque as taxas de juros caíram em relação ao ano passado. Para 2018, não tem ainda uma projeção mais precisa, mas deve variar entre 250 milhões a 300 milhões. Deve diminuir, uma vez que não vai haver mais recursos, se aprovada a medida, evidentemente, da parcela da contribuição patronal e dos servidores. Ao mesmo tempo, uma parte dos recursos que estão aplicados no mercado financeiro vai sendo apropriada. Evidentemente, os rendimentos também irão cair.

Adicionalmente, para complementar isso, aporte do Tesouro necessário ao complemento do valor previsto no §1º – esses valores certamente não serão suficientes no ano que vem – e outras receitas destinadas por lei ou previstas na Lei Orçamentária Anual. No inciso V, abre-se a possibilidade de se buscar outras fontes de receita, a fim de preservar o quanto mais possível o fundo previdenciário. Os desdobramentos disso: os recursos do fundo previsto nesse artigo, como o da solidariedade, devem ser repassados ao fundo financeiro, para pagar exclusivamente os proventos de aposentadoria e pensões.

Não há dúvida de que ninguém pegará o dinheiro, por essa proposta, do fundo previdenciário para outra finalidade, até porque esse dinheiro já está, por força do texto constitucional, no art. 149, § 1º, se não me falha a memória, vinculado ao pagamento de aposentadorias e pensões. A razão de ser da operação financeira é que o governo tem que aportar esse recurso. Está dizendo que não tem recursos, e em razão disso vai parcelar ou atrasar salários, ou coisas do gênero.

Art. 2º Ficam definitivamente incorporados ao patrimônio do Iprev/DF os bens imóveis descritos na Lei Complementar nº 917, cabendo aos órgãos competentes promover os devidos assentos no registro imobiliário.

É aquela questão que o Deputado Wasny de Roure tem colocado muito. O governo até hoje não cumpriu a promessa, ou melhor, aquilo que está na lei determinando que ele aportasse ativos no fundo previdenciário, a fim de compensar o que foi usado do superávit. O que o governo tem alegado, e há uma certa razão, é que a lei, quando aprovada, exigiu duas avaliações. Havendo diferença superior a 10% entre uma e outra, uma terceira avaliação.

Isso tem um custo e, burocraticamente, é problemático. Além disso – aí são palavras minhas, não são do governo –, nossa administração pública, de fato, é lenta, é demorada. O sujeito, às vezes, chega de manhã para trabalhar e tem a intenção de resolver um problema, mas surgem outros problemas – todos nós que somos servidores públicos sabemos disso –, e ele vai deixando aquele ali por enquanto. Mas é uma questão que, penso eu, mais cedo ou mais tarde, estará resolvida, independentemente do que nós viermos a querer, sob pena de responsabilização do governante, porque ele tem que cumprir a lei, e o não cumprimento de lei gera responsabilidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		7

Nesse substitutivo, para não ficar apenas na ideia de que o governo está utilizando recursos do fundo previdenciário para resolver seus problemas no fundo financeiro, está sendo sugerido o que nós chamamos aqui na Câmara Legislativa de destaque de matéria para constituição em projeto separado, ou seja, ficou praticamente acordado, pelo menos entre boa parte dos Parlamentares – a maioria, creio eu, – que se tem que separar as matérias.

Uma trata da questão emergencial, que é socorrer o governo. A outra, da previdência complementar – só previdência complementar, não se envolve a previdência social. A terceira questão é buscarmos soluções que apontem alternativas de longo prazo que possam ajudar a amenizar o problema, a fim de se evitarem outros transtornos, como esses pelos quais nós estamos passando.

Está programado que, até 31 de outubro de 2017, a Câmara deve devolver para sanção do Governador o projeto de lei complementar da previdência social. Esse é o primeiro compromisso que a Câmara assume, se aprovar o substitutivo em relação à previdência complementar.

Segundo, até 10 de dezembro de 2017 – essa data é de referência, pode ser até o dia 15 de dezembro, depois disso, não, porque nós temos que entrar de recesso e vivenciar o Natal –, Presidente, a Câmara deve devolver para sanção o projeto de lei sobre criação de novas fontes de receitas não tributárias destinadas a gerar receitas futuras para custeio do regime próprio de previdência social, o nosso Iprev, com o objetivo de equacionar o desequilíbrio econômico-financeiro e atuarial. Esse será um trabalho muito mais de fôlego, em que teremos de usar as inteligências – claro, se for aprovado isso – do Distrito Federal no sentido de tentarmos buscar, pelo menos, amenizar o impacto do que é a conta da previdência social. Todo nós sabemos que não é uma conta fácil de ser paga, não. Se ela não for paga, quem vai sofrer as consequências de imediato são os aposentados e, por consequência ou por reflexo da consequência, toda a sociedade, porque, na economia, haverá um impacto muito forte. Esses são os dois compromissos que a Câmara assumiria.

Aí vem o desdobramento. “§ 1º O Poder Executivo deve indicar” – não é facultado, ele tem que indicar – “à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo de dez dias do início de vigência desta lei complementar, os agentes públicos encarregados de discutir as novas fontes de receita de que trata o inciso II, devendo eles: I – comparecer às reuniões agendadas na Câmara Legislativa para discussão da matéria em grupo de trabalho”. A ideia é criar um grupo de trabalho aqui na Câmara. A Mesa Diretora ou o Presidente cria esse grupo de trabalho para ele ficar encarregado de estudar as soluções, porque, se deixar isso também só para a vontade de quem está no poder, pode ser que isso fique esquecido e só seja lembrado quando houver um novo problema. Então, como isso tem que ser aprovado este ano, esse grupo de trabalho terá que queimar fósforo para resolver o problema ou aprontar soluções para o problema.

Esses agentes do Executivo “devem providenciar as informações e documentos necessários à indicação das novas fontes de receitas não tributárias dos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	8

ativos a serem aportados para a previdência”. Aí, é a estimativa de cálculo. Evidentemente, aqui na Câmara, nós não temos condições de fazer, mas o Executivo tem os dados, tem tudo lá. É fácil fazer isso.

Como nós temos também o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública, fica facultado a esses dois órgãos do Distrito Federal... É facultado, não é preciso obrigar, porque eles não têm uma função específica. Se eles quiserem colaborar, está à disposição deles designar um servidor para compor esse grupo de trabalho.

No inciso II, fica aberto às entidades sindicais e associativas apresentar estudos e sugestões escritos para subsidiar o grupo de trabalho. Alguém poderia dizer: mas por que o sindicato não indica um? Acho que nós temos mais de trinta sindicatos. Se cada um indicar um, vira uma assembleia, mas nada impede que se avance nesse sentido.

O § 3º é uma preocupação dos companheiros das empresas públicas e sociedades de economia mista; aliás, sociedades de economia mista, pois empresa pública não teria tanto esse problema. No § 3º, fica vedado incluir, no projeto de lei complementar de que trata o inciso II, esse de novas fontes de receita, a privatização de empresas públicas e de sociedades de economia mista, justamente para preservar essas empresas públicas. Há também os outros companheiros que são empregados de empresas que são do Distrito Federal e que têm as mesmas preocupações que todos nós temos como servidores do Distrito Federal.

Presidente, em resumo, é isso. Uma última questão é que, no art. 5º, revogam-se o art. 1º e o inciso V da Lei Complementar nº 899, que é a que trata da redução da alíquota de 22% para 16,55%, de forma a tornar compatíveis os dois diplomas legais. Porque, se não fizermos a revogação expressa, pode ser que algum intérprete venha a entender que, como nós estamos devolvendo os 22% por uma norma geral – isso aqui é uma norma específica e temporária –, essa norma não esteja revogada. Então, para evitar qualquer interpretação nesse sentido, é que se sugeriu aqui a revogação expressa da redução da alíquota de 22% para 16,55%.

Sr. Presidente, por ora, é isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Willemann. Eu queria passar a palavra ao Deputado Wasny de Roure para fazer as suas considerações. Nós temos sete inscritos. Logo em seguida, falaremos. O Deputado Chico, depois.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, caros amigos e amigas, acho que a primeira discussão que tem que ser colocada é: qual é o papel do fundo previdenciário? Como é que surge esse recurso em 2007? Esse recurso surge em função de segregar um quadro anterior e construir uma nova modalidade de preservar e conceder a garantia de aposentação dos servidores públicos. Aí o Estado estabeleceu um novo contrato, uma nova modalidade de gestão da previdência. Aquilo foi, inclusive, uma exigência da própria União, que viabilizou essa leitura. Não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	9

foi uma forma de o Estado poupar para si. Foi um procedimento para o Estado criar um provisionamento com dinheiro do servidor e dele para, então, garantir aposentação dos servidores contratados a partir dessa data. Nós estamos falando de um montante de 33 mil a 34 mil servidores que estão nessa modalidade.

Não se trata de uma questão corporativa do movimento sindical. Acho que precisamos ter isso bem claro. Trata-se de uma concepção de Estado. Trata-se de uma nova versão para a previdência no País. E foi exatamente nós que levantamos, no governo da Presidente Dilma – mas o projeto foi tratado e apresentado no governo do Presidente Lula –, a instalação de um programa que pudesse garantir a previdência do servidor, não apenas dentro do teto previsto do regime geral, mas também a previdência complementar. Essa é a versão que surge em seguida e foi apresentada no início de 2015 para o Distrito Federal.

Então, o Governo do Distrito Federal apresenta, mas nem teve o cuidado de dar desdobramento dessa modalidade, dessa real proposta para ter consequências no âmbito da administração federal.

Qual é o grande problema? Primeiro, nós temos essa versão que foi uma evolução e, depois, essa modalidade que veio se oferecer aos novos servidores que ingressassem no serviço público.

O Governo Rollemberg já admitiu não sei quantos servidores no total. Se ele tivesse aprovado em 2015 a proposta da previdência complementar, ele teria que ter feito o recolhimento junto ao INSS, como também o recolhimento junto à previdência complementar, que normalmente é de um para um. Então, ele não se interessou. Esta proposta que ele está apresentando de previdência complementar não vai ser implementada no governo dele porque é onerosa. Ela é onerosa. Então a gente precisa ter essa cautela.

E por que foi segregada? Ela foi segregada porque... Vamos aqui citar um caso, por exemplo, de um professor, já que há um grupo grande aqui de professores: Dona Maria José tem vinte anos de contribuição, entretanto, quando ela entrou, não existia o sistema de capitalização. Ela entende que o sistema de capitalização é o futuro dela. Só que, para ela entrar na nova modalidade, ela vai ter que pagar, assim como o Estado terá que pagar a parte dele. É aquilo que se chama de saldamento. O Estado faz o saldamento, e não é barato.

A proposta que está sendo apresentada – e aí, nesse ponto, eu tenho concordância com o José Willemann –, em primeiro lugar, não tem que misturar o debate da Previdência Complementar, até porque a proposta precisa ser melhorada. Há o entendimento de que o governo quer resolver um problema de caixa. O governo quer resolver um problema de caixa. Mas ele não quer resolver um problema apenas dessa necessidade imediata, porque – se vocês lerem o relatório semestral do governo, verão – ele vai apresentar que houve um déficit de 398 milhões de reais no semestre. Significa um déficit de 67 milhões de reais por mês. Esse é o déficit do governo. Mas ele está apresentando como déficit 170 milhões.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	10

Não é déficit, é obrigação dele! É obrigação dele. Previdência é obrigação de qualquer pessoa que quer implantar uma empresa, que quer assumir um governo. Não é déficit! Assim como não são déficits os contratos que o governo tem, são necessidades que ele precisa ter. Então, essa coisa precisa ficar clara.

A minha dificuldade com a proposta apresentada... Eu tenho enorme resistência, não vou aqui esconder a minha posição, porque o recurso que é colocado tem uma finalidade, e não é consensual o entendimento de que há superávit nesse recurso.

Não há superávit nesse recurso, se você olhar os relatórios do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Tribunal de Contas da União. Os estudos deles apontam uma taxa de retorno menor do que a prevista, porque eles adotam o teto da taxa de retorno, que é 6%, em torno de 5,5%. Esse é outro debate.

Eu quero recapitular aqui que, em 2015, o governo apropriou-se, fez um saque em torno de 1 bilhão e 200 milhões de reais e, mais do que isso, reduziu a taxa de contribuição dele de 22% para 16,5%. Vamos contabilizar, nos meses do Governo Rollemberg, com 16,5%, o que já foi retirado desse recurso que deveria ter sido colocado. Ainda assim é algo mais razoável, eu acho que este número até agora não apareceu aqui, este número não apareceu: aquilo que o Estado deixou de contribuir, a diferença de 22% para 16,5%, que foi uma brutal economia para o Governo do Distrito Federal.

A outra questão que eu coloco é que o governo é tão esperto que ele diz que não concorda que os 40 milhões sejam utilizados nesta conta. E o fato de retornar a alíquota de 22% não vai alterar em nada, o recurso não vai para o Fundo neste momento, só virá para o próximo governo, ou seja, em 2019, e não a partir de agora, porque, a partir de agora, vocês viram, conforme foi dito, esta contribuição irá para o outro regime, que é o regime financeiro para o pagamento, ou seja, permitindo que a Fonte 100, a fonte do Tesouro do Distrito Federal não seja utilizada. Essa é a lógica. Aí você deixa de contribuir com a parte do Estado, com a parte do servidor, e deixa de capitalizar os recursos provenientes da aplicação do recurso desde 2016. Desde 2016! Então, já vai haver de imediato uma disponibilização para poder completar os 90 milhões, que é a terceira parcela.

Na minha leitura, o total dessa conta, ao longo dos dezesseis meses, vai representar 2 bilhões e 400 milhões de reais. Esse é o recurso que vai ser retirado se esse substitutivo for aprovado.

Aí entra um cenário político. Existe um cenário político que temos que avaliar. Pelo menos a gente que está acompanhando pela mídia observa que o governo não concorda com essa proposta, o governo quer o dinheiro todo e de imediato. O governo quer o dinheiro todo e de imediato! Então, esse é o grande debate que nós temos aqui.

Com relação à avaliação dos imóveis, à entrega, eu acho que a primeira coisa que o governo deveria fazer, antes de apresentar essa proposta, era dizer para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	11

a sociedade que ele cumpriu religiosamente com as suas atribuições. Por isso que eu faço questão de citar sim, são questões aparentemente elementares, mas fundamentais. Isso porque, se passa a proposta do governo, nem é preciso a transferência dos imóveis para o Iprev. Não precisa, pelo menos grosso modo, porque ele já vai poder fazer uso. Por que gastar com ITBI e sei lá o quê?

Então a gente precisa ter claro... Eu tenho a clareza de que aquilo foi provisionado, numa pactuação com o servidor, cada um, todo mês, tinha lá 11% retirados do seu salário e o Estado contribuía. Agora ele é surpreendido com uma votação aqui na Câmara. Isso é um desrespeito ao servidor e também uma perda de credibilidade por parte do Estado, que está fazendo uma nova proposta.

Então, até isto precisa ficar claro: eu não tenho dinheiro de publicidade para dizer qual a manchete que o jornal tem que publicar. Eu não tenho verba de publicidade, mas não existe nova previdência, não existe nova reforma, não existe isso, isso é um engodo que o governo inteligentemente tentou passar para a sociedade. Não existe!

O que nós temos, o único aspecto que eu acho... No meu entendimento, neste ponto, eu posso até entender que o Governo Rollemberg está agindo de maneira correta: do ponto de vista de apresentar o problema. Isso é um problema que é de todo estado da Federação. Essa matéria é um problema de todos os estados da Federação. Não é de Brasília, não é que veio do Agnelo, não é nada disso. Isso existe e tem que ser resolvido, mas não é no curto espaço de tempo.

Ontem a jornalista ligava para mim e dizia assim: "Que sugestões você tem de receita para poder resolver o problema dos 110 mil servidores?" Ah, o pessoal está aí com dois anos e meio de governo e não apresentou nenhuma proposta, e agora eu aqui, correndo atrás, é que vou ter que apresentar? Ainda dei assim umas continhas para ela fazer, como os 600 milhões que a Terracap deve para o GDF, citei algumas outras questões, mais para não ficar numa atitude indelicada de não responder. (Palmas.)

Portanto, a minha posição é clara. Respeito, não acho que, por ter posição contrária, sou o bicho feio da história. Da mesma maneira que eu me posicionei em 2015, me posicionei em 2016, saberei me posicionar em 2017. Defendo a Previdência não com discurso, não tenho uma proposta milagrosa. Não tenho. É uma proposta cara, é uma proposta difícil, e pior será.

Há um gráfico, Sr. Presidente – me desculpe, eu estou me alongando – que o Tribunal de Contas faz, que é um v. É para dizer, em síntese, o seguinte: que, se eu remover esse dinheiro, vai significar um prolongamento do rombo, um sacrifício maior no tempo, porque aquilo que existe de economia o Estado vai utilizar para poder cumprir as obrigações que lhe pertencem. Por que o governo não vai e pede uma antecipação de receita, vai lá no BRB? Uai, o servidor, quando atrasa o pagamento, sabe aonde vai: ao BRB, e tem que pagar taxa de juro. Interessante: só

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	12

o governo é que acha que não tem que pagar taxa de juro, é gozado isso. Entendem? Vamos ser cautelosos e prudentes.

Por último, é desmistificar. Acho que a gente não pode comprar esse discurso do governo de que existe um déficit de 170 milhões de reais. Isso não é verdade. Pelo menos a contabilidade que ele publicou apontou um déficit médio mensal de 67 milhões de reais.

Então, vamos por etapas, porque podemos encontrar uma saída sem esse grau de sacrifício, desde que seja responsabilmente debatido conosco aqui no Parlamento e com quem mais interessa, que é o servidor público.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Passo a palavra agora à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar V.Exa. por propiciar esse debate. Eu acho que um tema dessa envergadura, que vai definir o futuro – e o presente também – dos nossos servidores públicos, precisa realmente ter um debate ampliado e sério, como foi trazido aqui pelo nosso Deputado Wasny de Roure.

Eu quero até cumprimentar o Deputado Wasny de Roure, que fez algumas observações muito importantes. Mas acho que era importante, para iniciar esse debate, a gente separar os dois temas. O problema é que o governo insiste em unificar um tema, que é a previdência complementar, com o tema da unificação dos fundos ou da criação de um fundo, agora, temporário.

Isso é um erro, nós partimos de um princípio errado, nós estamos começando errado. Se a gente começa errado, não tem condição de realmente trazer uma efetividade dentro da solução que a gente entende, como Parlamentar, definitiva. Até porque eu fico muito preocupada quando esta Casa apresenta um projeto, uma solução para um governo. Essa solução trazida por esse projeto substitutivo não é uma solução de Estado, é uma solução de governo. Ela tem data para acabar.

Quero pegar alguns artigos que eu acho que são importantes para a gente debater aqui. O artigo 114-A coloca que, para suplementar as receitas do fundo financeiro de previdência, fica instituído, dentro do Iprev, o Fundo Solidário Intergeracional de Emergência. É até engraçado o nome, Deputado Wellington Luiz. É até bonito o nome: intergeracional. Será que é da geração Brasília? Da geração do Rollemberg? Eu nunca vi algo tão esquisito, esquizofrênico como essa proposta que está sendo feita aqui para nós. Aí, ele coloca o seguinte: que esse fundo vai captar 170 milhões de reais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	13

Para dar aquela ensaboada, para falar que não vai mexer no dinheiro dos aposentados, ele começa a qualificar isso e fala que será da seguinte forma: primeiro, “a parcela apropriada pelo Distrito Federal, a título de compensação financeira da Previdência da União”. Nós não sabemos quanto é isso. Isso pode ser 1 milhão, 2 bilhões. A gente não sabe quanto é isso. Eles não trouxeram uma planilha para quantificar isso, para fazer essa compensação de INSS, dos nossos servidores que estão cedidos para a União e dos servidores da União que estão cedidos para cá. Nós não temos esse cálculo. Inclusive, a gente pode dever para a União e não sabe! Então é um tiro no escuro, para vocês verem o tanto que a proposta é esquizofrênica.

Segundo: a contribuição patronal e a distribuição dos servidores destinados ao fundo previdenciário. Isso já me preocupa, porque hoje essa arrecadação cai no Iprev. Então ele já tira do Iprev e coloca nesse fundo intergeracional do Rollemberg. Então é o segundo ponto.

O terceiro, “a parcela de no máximo 90 milhões mensais de rentabilidade dos investimentos obtidos pelo fundo previdenciário dos exercícios de 2016, 2017 e 2018”, o que daria uma bagatela, Deputado Wellington Luiz, de 1 bilhão e 500 milhões de reais, ou seja, metade do recurso do Iprev hoje. Metade do recurso do Iprev!

Então falar que nós não estamos mexendo no recurso do Iprev é realmente uma cantiga de ninar. Eu acho que nós estamos tratando com seriedade dos servidores públicos aqui. Nós não podemos falar que nós não estamos mexendo no recurso do Iprev. Nós estamos mexendo, sim, no recurso do Iprev. “Ah! Mas é para pagar aposentado!” É para pagar aposentado, mas esse aposentado que veio a partir de 2005 está contribuindo e tem que fazer jus àquele recurso. Se nós cometermos o mesmo erro que os governos passados cometeram de realmente mexer no dinheiro do aposentado, daqui a uns dias nós estaremos em crise, como colocou o Deputado Wasny de Roure. Não houve nenhuma unidade da Federação que tomou essa atitude e que não teve realmente um colapso nos cofres públicos. Nós estamos evitando um colapso no Governo Rollemberg num momento pré-eleitoral – eu tenho colocado isso com muita clareza –, para fazer de conta que nós temos um Estado que não está realmente passando por uma dificuldade financeira, mas nós temos.

Contudo, nós precisamos discutir isso dentro desta Casa com seriedade. Quais são as alternativas viáveis para tirar o Distrito Federal da crise? Eu estava inclusive, Deputado Wellington Luiz, na Presidência desta Casa quando se cogitava mexer no Iprev. Aquele momento já era um susto para todos os servidores. Agora não se quer mexer, quer é se quebrar! Era algo para ser a excepcionalidade e virou a regra. É como se o Governador jogasse a toalha e falasse assim: “Eu não dou conta de administrar esse Estado. Então me dá aqui o dinheiro dos aposentados para ver se eu consigo ter um fluxo de caixa para eu respirar e terminar de entregar o governo.” Se não dá conta, sai do governo! Pede para sair! (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	14

O que a gente precisa colocar é que esta Casa tem disponibilidade – quero deixar isso muito claro e registrado aqui – de votar o projeto de previdência complementar. Isso já evoluiu no Governo Federal, é uma regra no Governo Federal. Esta Casa não está aqui fazendo oposição por oposição. A gente tem disponibilidade de discutir isso. É um tema, às vezes, até ruim para os novos servidores, mas a gente tem disponibilidade de dar uma cota de contribuição. Mas não pode ser uma cota de contribuição que vai falir o Iprev. Vocês presidentes de sindicatos que estão aqui têm dúvida de que, se isso acontecer, o próximo governador renova isso aqui em janeiro? Vocês têm dúvida disso, com a força que o Estado tem, com a força que o Governador tem de mobilizar quinze, dezesseis Deputados para a Base? Eu quero trocar o meu nome se isso não acontecer em janeiro e quebrar o restante dos recursos até chegar a um colapso! Ou seja, nós precisamos ter uma solução definitiva.

Eu vou fazer uma comparação muito simplória, Deputado Joe Valle, mas isso aqui é igual a gente pegar dinheiro do cartão de crédito para pagar dívida. Chega uma hora em que você não consegue pagar porque os juros são tão altos, tão altos que você quebra. É exatamente isso, trazendo uma linguagem clara, que está acontecendo na questão dos fundos.

Eu queria deixar esse registro, Joe. Sabemos que os técnicos vão trazer mais algumas informações, mas, por parte da nossa bancada, que somos eu, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Raimundo Ribeiro, temos uma preocupação verdadeira sobre o que está acontecendo.

O pior, o Deputado Wasny de Roure foi muito feliz ao colocar essa frase, a gente não consegue comunicar o que está acontecendo, muitas vezes, e alguns servidores estão sendo iludidos achando que isso vai ser bom porque o fundo deles é deficitário. O fundo deles é deficitário, mas o Governador tem a responsabilidade de pagar todos os meses. Ele se vira para pagar. A partir do momento em que quebrar tudo, o que vai acontecer? Vai acontecer como acontece nos estados.

Então, Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de a gente estar discutindo aqui, de a gente deixar registrado nos Anais da Casa a nossa preocupação, porque você pode ser responsabilizado, num futuro bem próximo, por um colapso financeiro que pode acontecer, mas eu realmente não quero ter esse ônus registrado na nossa vida pública.

Sei que muitas vezes é colocado: “Ah, mas não vai pagar terceirizado, não vai pagar fornecedor, e o setor produtivo está pressionando”. Olha, aqui ninguém nasceu ontem. Quando o Governador chega para o setor produtivo e fala assim: “Eu vou parar de pagar tudo a não ser que vocês vão lá, na Câmara, pedir aos Deputados para votar os projetos”.

Ele condiciona as coisas, numa chantagem, no meu ponto de vista, muito rasteira para se tratar com o Parlamento. Ele pressiona, muitas vezes, e, muitas vezes, coloca até o próprio servidor contra o seu sindicato, numa atitude também

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	15

muito gravosa de falta de percepção do que é um Estado Democrático de Direito. Querendo ou não, eu tenho falado sobre isso, o Governador tem que respeitar nossa Constituição. Os presidentes de sindicatos, devidamente empossados, são os representantes dos servidores públicos nesta Casa.

Então eu queria encerrar minhas palavras, Presidente, agradecendo a oportunidade de discutir e deixando essas reflexões para vocês.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão. Eu vou fazer o seguinte agora: vou conceder a palavra a um da tribuna e a um da Mesa, aos Deputados. Vamos fazer uma alternância entre o pessoal do sindicato, os representantes que estão aqui e os Deputados.

Então vou passar a palavra agora para o Rodrigo, depois para o Deputado Cláudio Abrantes. Após este, para o Rubens Roriz e, depois, para o Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Rodrigo Conde do SINDSAÚDE – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília, por cinco minutos.

SR. RODRIGO CONDE – Deputado, eu queria agradecer a oportunidade de a gente estar novamente debatendo esse tema que, infelizmente, o governo não teve a habilidade necessária para debater, num primeiro momento, como bem a Deputada Celina Leão colocou, com os sindicatos, representantes legais dos servidores. São os donos do dinheiro que estão em jogo.

O Sindsaúde entende que a gente precisa construir uma saída. Do jeito que está, com o Governador simplesmente colocando nas capas de jornais que o problema é o servidor público. Vender isso para a sociedade, não dá mais. Igualmente, não dá para a gente fazer algo paliativo de se resolver o problema para este ano e para o ano que vem e correr o risco de ser renovado, bem como também colocou a Deputada Celina Leão.

Vemos, neste momento, uma boa vontade desta Casa, de todos os Deputados, dos Deputados presentes aqui. Quero agradecer realmente. Inclusive o Líder do Governo, o Deputado Agaciel Maia, tem tentado apresentar um substitutivo e tem conversado com os sindicatos, porque, lá do outro lado da rua, não tem conversa.

Hoje, por exemplo, às 9h30min da manhã, fomos surpreendidos com ligações para uma reunião às 11h onde não houve debate. Houve simplesmente o comunicado de que se queria novamente aprovar o PLC nº 122, na forma que foi mandado para cá após a liberação da Justiça, que foi ontem.

A esse substitutivo que o Willemann apresentou, eu tenho três destaques que nos preocupam em especial.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	16

O primeiro, é a questão de retroativo a 2016, visto que em 2016 ele já pegou. O Willemann apontou aqui 499 milhões do superávit e, no ano passado, ele já pegou 500 milhões. Ele vai pegar novamente os mesmos 500 milhões? Então, nós temos esta preocupação: ele já pegou os 500 milhões e nós vamos dar de novo carta branca para ele pegar outros 500 milhões? Aí já não são 500 milhões mais, é 1 bilhão ao ano. Então, é a duplicidade nisso aí.

A outra questão é: "Ah, mas não deu ainda para saber quanto valem os terrenos de fato. Foram duas avaliações". Sim, mas tem que haver a terceira. A gente tem que passar isso a limpo. A gente não pode colocar em jogo a previdência e passar recurso de um fundo para o outro, sem saber de fato hoje quanto vale. Isso eu coloquei na reunião de ontem. Não há como se mexer em bilhões sem saber de fato, quanto vale hoje, porque isso impacta, sem saber em quanto será o superávit. O cálculo precisa ser feito em número reais. Não há ilusão, enfim, suposições. Isso é algo muito sério para a gente ficar: "Ah, vale 10% a menos...", mas 10% a menos de 5 bilhões, são 500 milhões. Então, a gente precisa de números reais. Bater o martelo de quanto valem as ações, os terrenos, enfim.

A terceira preocupação é chegar a uma solução onde possamos ter tranquilidade para os próximos dez, quinze, vinte anos. Não só até 2018. Essa é a maior de todas com relação a toda essa composição.

E como o senhor, Deputado, colocou para mim, um pouco antes de começar a reunião, que está em conversa com o Ministério da Previdência e que já tem algo em torno do fundo garantidor. Isso a gente vê com bons olhos. Realmente, acredito que se pode avançar dessa maneira, porque, se você coloca as garantias necessárias, aí, sim, se pode pensar em mexer, porque, daqui a cinco anos, o Estado não acaba e a gente precisa ter as garantias necessárias.

Sem sombra de dúvida, precisamos das garantias necessárias para pagar os aposentados, que vão crescer. O número vai ser crescente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Rodrigo.

Willemann, você quer fazer um esclarecimento, já que o Rodrigo fez um questionamento interessante. Ele vai pegar de novo os rendimentos?

SR. JOSÉ WILLEMANN – Não. Ele vai pegar de novo recursos no fundo previdenciário. Mas o que acontece? Em 2015, 2016, a justificativa para usar os recursos foi a do superávit apontado no cálculo atuarial. Aí tem questionamentos sobre o cálculo atuarial. Agora, eu não concordo com quem questiona o cálculo atuarial.

Na minha avaliação, há uma regra constitucional que manda o cálculo atuarial. Os governos, seja este do qual nós discordamos frontalmente, sejam os outros, fizeram os cálculos atuariais, encaminharam para esta Casa, junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ninguém, até o momento, questionou isso. Então, bem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	17

ou mal esses cálculos foram aprovados. E, mais do que isso, esses cálculos, ao longo do tempo, se nós confrontarmos o que foi executado em 2016 com o que foi projetado em 2009 e 2017, vamos ver que eles batem. Então, se eles estão errados, alguém vai ter que apontar onde é que está esse erro com os novos cálculos.

Então, o que acontece, Rodrigo, o que foi usado em 2013, a justificação foi a do superávit com o cálculo atuarial. Agora, a justificativa, inclusive veio da sugestão do próprio governo, foi de limitar isso aos rendimentos do capitalizado. O que em 2016 rendeu de juros? Uma parte disso, certamente contribuiu para o superávit e outra parte, um excedente possível, aí não. Então, a justificativa para o uso agora é diferente do uso anterior. Não é a mesma questão do superávit.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ok, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Pode disparar os cinco minutos, porque eu conseguirei ficar dentro desses cinco minutos, para a gente poder estabelecer o debate, até porque eu creio que na verdade nós estamos aqui... Nós Deputados temos debatido muito isso aqui na Câmara, e é importante ouvir as entidades sindicais. Parabéns, Presidente, talvez seja o primeiro fórum assim tão abrangente. Espero que possamos ouvir todos, que todos possam dar as suas opiniões sobre esse projeto tão polêmico.

Eu penso, e é algo que tenho falado bastante, que temos que analisar a matéria antes, essa não é a primeira ação deste governo sobre o Iprev. Obviamente existiram outras, houve inclusive uma construção com a Câmara e com os próprios sindicatos dada a urgência, a dificuldade que havia no momento. Mas há até dúvidas sobre se o acordo que foi feito naquela época da retirada, mediante a inclusão de determinadas garantias, foi efetivado, visto que há transferências de terrenos que ainda não foram concretizadas, visto que nós não temos plena certeza de que os valores são aqueles que foram referendados pelo governo. Então, isso por si só já gera desconfiância. Já nos deixa desconfiados, pelo menos eu fico, em relação à postura do governo.

É preciso entender... Fala-se muito de fundo capitalizado, de fundo financeiro, que esse fundo financeiro hoje é deficitário. E aí é que concordo plenamente com o Deputado Wasny de Roure, até porque qual é a razão desse déficit, em tese? Por que o governo tem que repor 170 milhões mensalmente para suprir as aposentadorias? Será que esse fundo até 2006, dezembro de 2006, não tinha contribuição, não tinha aporte dos servidores? Por que esse fundo se torna de repente deficitário? Porque o governo – e aí nós não podemos entender governo a, b ou c, não podemos entender governo de determinada cor – usava esse fundo para aquilo que queria, ele pegava a contribuição dos servidores, pegava esse fundo, esses recursos, e transformava em escola, transformava em calçada, transformava em asfalto, ou seja, esse “déficit” – entre aspas – não é culpa do servidor! Portanto, eu tenho muita dificuldade de entender e, aí é uma questão de princípio, de admitir

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	18

a tese de que o servidor contratado após 2007 deve contribuir para sanar o “déficit” – aspas novamente. Até 2007. Eu tenho muita dificuldade de assimilar isso, mesmo que seja com os rendimentos. Volto a dizer que não foi esse servidor que deu causa ao que está acontecendo!

Então, isso é algo que quero deixar aqui claro. Eu quero também me referir a algumas situações que precisamos analisar com calma, vejo algumas inconsistências constitucionais do ponto de vista do que está sendo colocado, vejo que, em determinados momentos, o substitutivo cria obrigação para o Estado, eu quero dirimir essas dúvidas, e criando obrigações para o Estado ele está incorrendo em inconstitucionalidade ao gerar essas obrigações, na minha opinião. E, diga-se de passagem, é um governo que não cumpre as suas obrigações, porque, por exemplo, nós temos leis que asseguram reajuste aos servidores que não são cumpridas. Qual substitutivo vai fazer com que este governo cumpra as suas obrigações? Eu tenho essas dúvidas, além da questão técnica de inconstitucionalidade, que é uma questão de análise, obviamente podemos discutir, confiamos muito nos nossos técnicos.

Falando em técnica, quero também fazer uma ressalva aqui à postura do governo, porque, já foi dito aqui, quando ele se sente apertado, aperta o setor produtivo. E aí deparamos com declarações infelizes, para não dizer outra coisa, do presidente da Fibra no jornal *Correio Braziliense* em que diz que é uma vergonha discutir questões técnicas num ambiente político como o da Câmara Legislativa. É muito engraçado, porque, quando a Fibra quer discutir os seus incentivos e isenções, recorre à Câmara Legislativa, e aí não é política, é técnica, ou é o inverso. Ou seja, na Câmara Legislativa não é vergonhosa a discussão nesse momento. Mas acho extremamente inoportuno a Fibra vir falar isso neste momento. Creio que o presidente da Fibra deveria rever suas palavras, porque essa entidade está sempre aqui na Câmara Legislativa, e, quando ela vem, não é vergonhoso.

A questão que está sendo discutida aqui é política, sim. Nós estamos discutindo uma política pública de previdência, de benefícios da previdência que têm implicação no futuro e que, inclusive, terá implicação para o próprio setor produtivo visto que há possibilidade, sim, de não ter como pagar essa aposentadoria.

Isso é admitido pelo próprio Governador Rodrigo Rollemberg em sua entrevista no *Correio Braziliense*. Quando perguntado, ele diz que isso não resolve o problema – são palavras do Governador –, dará um fôlego e, daqui a dois governos, vamos ter que discutir novamente.

Então, essas indagações são, para minha opinião, pertinentes, é um problema grave, eu creio que esse debate não se esgota tão rapidamente. A minha posição é, novamente me referindo às palavras do presidente da Fibra, de que aqui não se trata de eleição para o ano que vem, não. Na minha opinião, se há alguém pensando em salvar sua eleição para o ano que vem é o Governador. Não se trata de irresponsabilidade, não, porque esta Câmara já deu muitos sinais de responsabilidade para com as próprias finanças do governo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	19

Então, eu quero amadurecer, quero conversar, quero analisar esse substitutivo com mais calma. Mas a gente já está falando que há versão de substitutivo que era para retirar 70 milhões, já há uma segunda que virou 90 milhões, e nessas questões, cada vez, se intitulam, se enrolam cada vez mais.

Vou encerrar porque queremos ouvir... Desculpa, Deputado, porque não cabe a mim conceder aparte, mas manter minha posição do debate e da discussão ampla sobre o que vai ser feito com os recursos da aposentadoria dos servidores. É isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Eu faço o papel aqui não tão bom de ficar cortando o tempo das pessoas, mas é necessário para que a gente possa ouvir todos.

Passo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, que tem uma urgência; depois, ao Deputado Raimundo Ribeiro e, depois, a outras pessoas da plateia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Boa tarde a todos e a todas que estão presentes aqui.

Eu tenho uma posição muito clara. Eu tenho essa posição porque não votei no Rollemberg, não fiz campanha para o Rollemberg, não pedi voto para o Rollemberg e aconselhei a não votarem nele. Portanto, tenho autoridade para criticar os atos.

Eu quero adiantar logo meu ponto de vista de que eu não vou votar o projeto original do governo e não voto o substitutivo antes de outubro. Quero dar o tempo necessário para que haja o debate, porque eu não vou... Lá no Maranhão, a gente tem um velho ditado que diz: gato escaldado tem medo de água fria.

Em 2015, o salário dos servidores ia atrasar - já em 2015. Pedi ao Willemann, eu era Líder do PT, e nós produzimos uma proposta para que os salários não atrasassem. Fiquei até hoje sendo acusado de ter acabado com o Iprev, coisa que nós não acabamos. Alguns usaram até de má-fé para dizer isso. É uma coisa que roda muito por aí. Portanto, tomei uma decisão: não voto. Vou trabalhar para que não o aprove, porque eu acho que está na hora de a gente fazer um debate real a respeito do Distrito Federal. Quando se fala aqui em dívida ativa, são 24 bilhões de sonegação, o Governo do Distrito Federal, que tem todo o aparato com a Procuradoria, só recupera 200 milhões por ano. Aí eu vou contar com um dinheiro desses?

Eu tenho dito que ou a gente faz uma discussão real do futuro do Distrito Federal ou isso aqui vai ficar pior do que a situação do Rio de Janeiro. Esse é o mundo real em que a gente vive. É preciso todo mundo acordar para ele. Talvez uma das unidades da Federação que mais está sendo atacada por essas medidas de um governo golpista, que golpeou a democracia e está destruindo sonhos, o Distrito Federal talvez seja uma das que vai pagar o maior preço, porque nós somos o maior

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral
				20

dependente. E não venham me dizer que o Fundo Constitucional é a salvação. Ele não é a salvação de nada. Não é a salvação de nada. Portanto, não venham me dizer isso.

Sobre a questão das estatais do Distrito Federal, eu tenho uma posição muito clara com relação a essas empresas que são patrimônio do Distrito Federal. Nós não vamos permitir a venda, e temos que estar mais fortalecidos para um outro que venha com mais força em 2019. Não tentar vendê-las, estão vendendo todas. Na verdade, as empresas aqui são sobreviventes de uma onda neoliberal que passou por este País.

Portanto, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, é muito importante o posicionamento de V.Exa. na tentativa de chegar a um entendimento. O trabalho feito pelo Willemann, uma das pessoas mais qualificadas e honestas que eu conheço, não vai ter solução. Não adianta a gente procurar solução para o que não tem solução. Eu não vou votar algo para depois. Todo mundo com dinheirinho no bolso, e vão dizer que eu acabei com o Iprev. Não vou, já aprendi. Não farei isso. Vamos discutir até onde der, como vai ser, e tudo, qual o futuro, qual a salvação para o Distrito Federal.

Estudos que o Willemann fez apontam que, se a economia voltar a crescer e tudo, a gente começa a ter um fôlego a partir de 2035. A gente projeta para o futuro também. Tanto é que o Willemann já disse mais de uma vez – não falou aqui hoje – que ele não vai se aposentar. Já está quase chegando a data de se aposentar, ele é servidor público concursado da Câmara Legislativa. Ele disse: "Chico, não vou me aposentar, porque, enquanto eu estiver na ativa, sei que vou ter o meu salário. Se eu me aposentar, não terei essa garantia". É essa a realidade que o Distrito Federal vive.

Eu não vou fazer a unificação dos fundos, porque vai dar alívio de um ano e meio para o Rollemberg, de mais um ano para o próximo governo, e vai mergulhar o Distrito Federal na crise mais profunda da história do DF. É por isso que eu não aceito a unificação dos fundos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer um breve retrospecto, até para enaltecer a própria Câmara Legislativa. Este debate está acontecendo porque a Câmara, desde o início, disse que não iria votar o projeto sem fazer discussão. Eu acho que ela se comportou conforme o seu dever, ela tem que fazer este debate.

Nós até fomos ajudados por uma decisão judicial que determinou a tramitação. E ocorreram alguns protestos. Aqui eu quero parabenizar o Poder Judiciário, porque, quando acionado, agiu dentro da sua atribuição. Às vezes, não é o que nós gostamos, mas é o que é necessário. Afinal de contas, a tramitação do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	21

projeto estava sendo atropelada e as regras estavam sendo transgredidas. Daí a ação judicial.

Vou corrigir um erro histórico que está acontecendo. Eu vi hoje umas notícias de que foi revogada. A decisão não foi revogada coisa nenhuma. A decisão se exauriu com o tempo. Ou seja, o desembargador determinou que, num prazo x, fossem adotadas determinadas providências, e, com o decorrer do tempo, essas providências foram adotadas. É isso, mas, infelizmente, alguns ficam na superficialidade da notícia ou, às vezes de má-fé, pegam e colocam as notícias com meias verdades e meias mentiras.

Mas vamos lá! Quero parabenizar não apenas a Câmara Legislativa pela iniciativa, pela sua grandeza em permitir o debate, mas também o Judiciário. Lembrando o seguinte: aqueles que às vezes reclamam do Judiciário, que toma uma atitude...

Existe um princípio constitucional. Eu sei que a Constituição Federal, quase ninguém aplica mais, mas ela ainda está em vigor. Ela tem até um apelido: Constituição Cidadã. Não é, Deputado Wasny de Roure? Essa Constituição estabelece o princípio de que nada poderá ser subtraído à apreciação do Judiciário quando lhe é levado. Então, vamos parar com essa baboseira toda, de ficar fazendo críticas totalmente inconsistentes.

Nós estamos tratando aqui, na verdade, de dois projetos. O governo fala em fusão e fala com relação a previdência complementar. Eu vou me ater mais à questão da fusão. Primeiro, parece-me extremamente estranho que o governo proponha a fusão, e agora não queira mais. Parece que é isso. Estou achando muito estranho isso, mas ele deve ter lá os seus motivos. Eu pergunto o seguinte: o que nós temos hoje? Nós temos um fundo, que é tido como deficitário, e outro tido como superavitário. O superavitário, todo mundo sabe a razão por que é superavitário. Porque até agora ninguém aposentou, é uma coisa óbvia. Se ele nasceu em 2007, se não me engano, ninguém aposentou.

Pois é, a gente mais uma vez achou um rótulo: segregação. Aí a gente apelida de segregação. Nós temos essa mania de apelidar, não é? Se você não gosta de alguma coisa, você é isso, você é aquilo, é um festival de besteira. Stanislaw Ponte Preta falava disso há muito tempo, talvez prevendo o que aconteceria. Além de superavitário, ele tem aplicações financeiras no mercado, não tem? Parece que tem isso. Aí eu pergunto: se nós vamos mexer nisso, essas aplicações estão sendo auditadas? É mais uma questão que se levanta, que precisa ser vista. Nós estamos falando de dinheiro, estamos falando de mercado financeiro, envolvendo pessoas que têm o objetivo de ganhar dinheiro. Então é preciso que se veja essa questão.

É uma demonstração clara de que a gente não podia realmente aprovar qualquer projeto a toque de caixa. Vejam quantas questões envolvem isso! Eu lembro também, nós temos um relatório do Tribunal de Contas da União que apontou inconsistências num modelo atuarial adotado pelo Iprev. Essas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	22

inconsistências foram respondidas? Foram resolvidas? Não sei. Isso tudo a gente precisa saber.

Finalizando, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui mais uma defesa desta Casa. Tenho recebido alguns telefonemas de pessoas do setor produtivo, às quais empresto o maior respeito. Acho até que os seus objetivos são legítimos: eles querem o dinheiro no mercado, para poder movimentar a economia local, e isso é legítimo. É legítimo também que eles possam pressionar legitimamente esta Casa. Eu gostaria de contrapor aqui um argumento que aprendi com meu líder. Vejam só: nós vamos, então, resolver o problema da economia do Distrito Federal, aprovando a toque de caixa uma mudança tão impactante nas vidas das pessoas?

Se vamos fazer isso, por que não se pode entrar com raciocínio inverso? Vamos resolver o problema da economia, então, aumentando os impostos? Na hora em que se diz “vamos aumentar impostos”, dou razão a eles na resposta: “Não, não pode porque vai quebrar todo mundo”. Eu sei que vai quebrar todo mundo, mas será que a gente também não corre o risco de quebrar os servidores públicos naquilo que lhes é de direito? É um efeito cascata. A cada dia que passa, eu me convenço de que essa solução que está sendo apontada é apenas um paliativo, é apenas uma ponte que está sendo lançada até o final do governo. E, se realmente me convencer disso, aí vai ficar difícil continuarmos caminhando no sentido de uma solução, pois o que se ouve falar – algumas pessoas estão tentando demonstrar isso para nós, e estou quase convencido disso, Deputado Wellington Luiz – é que é apenas para chegar ao porto; o próximo governo que se lasque com o problema. Se for isso, além de desonesto, é até desleal com esta Casa.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu quero propor a V.Exa., na condição de coordenador deste debate, deste processo, que nos ajude a clarear uma indagação que considero fundamental nesse processo.

O Deputado Raimundo Ribeiro acabou de comentar, Willemann já havia falado. Seria interessante que o grupo de técnicos, inclusive acompanhado de alguns sindicalistas, pudesse fazer uma reunião no Tribunal de Contas do Distrito Federal e no próprio Tribunal de Contas da União para terem uma resposta ou, pelo menos, para esta indagação receber um debate mais aprofundado: se tem ou se não tem superávit.

Acho que esse debate nos ajudaria muito, em primeiro lugar, a aprender a metodologia, o raciocínio, porque clarearia aquilo que, às vezes, vem no papel, mas que não dá... Memória de cálculo, o procedimento adotado, a metodologia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	23

Então, eu deixo essa sugestão aqui para que, se V.Exa. concordar e se os sindicalistas e os técnicos entenderem, pudéssemos fazer esse debate de esclarecimento dessa questão, que entendo ser fundamental nessa matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, vou inclusive renunciar a minha fala. Eu queria pedir a V.Exa. que déssemos um espaço maior para os representantes poderem falar, até porque a proposta desta comissão geral foi exatamente essa, de ouvi-los, de eles apresentarem as suas proposta, suas sugestões e as suas dúvidas também. Até agora, ouvimos apenas um. Talvez, daqui a pouco, chega a noite, e eles tenham que ir embora. Sei que as pessoas têm compromissos. É importante que agora ouçamos mais – estou renunciando aqui a minha fala, não vou fazer nenhuma colocação –, para que possamos, então, ouvir, aquilo em cuja tecla tenho batido muito, os proprietários dos recursos do fundo previdenciário. Acho que está na hora de a Câmara ouvir esses que ainda... Apesar de ser a quarta vez que a Câmara está chamando para essa discussão.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, claro, Deputado Wellington Luiz. Estão todos inscritos. Como foi colocada uma série de temas, agora o Líder do Governo quer se colocar. Concedo a palavra a S.Exa. por cinco minutos. Depois começo esse processo.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, presidente de sindicato, eu gostaria inicialmente de contextualizar essa história de projeto original, de substitutivo, de base de dados e também me contextualizar do ponto de vista político.

Eu quero dizer a vocês que não votei no Governador, sou de um partido de oposição que disputou a eleição como o Governador. Provavelmente o PR tem candidato ao governo. Não vou votar no Governador. Devo votar no candidato do meu partido. Mas tenho experiência de mais de quarenta anos e não posso me furtar de me inserir no debate para que criemos condições de ajudar: ajudar os servidores, mesmo porque sou servidor de carreira; ajudar a economia, sou economista; ajudar do ponto de vista orçamentário e financeiro, sou especialista nisso pela FGV.

Então, eu não poderia simplesmente me furtar. Seria muito mais cômodo. Tenho recebido alguns ataques, alguns justos, outros nem tanto. Quem quer ser Deputado tem de estar sujeito a isto: críticas, elogios.

Feita essa preliminar, eu quero dizer a vocês o seguinte: o governo mandou, realmente, um projeto original. Depois de discussões na reunião de Líderes e de ouvir alguns Deputados, inclusive os Deputados do Partido dos Trabalhadores, os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	24

Deputados que se interessaram em participar, as principais questões que eram mais agredidas no projeto original do governo eram o aqodamento na votação da previdência complementar. Nós precisaríamos de mais tempo para discutirmos e contemplamos isso no substitutivo, que não é do Deputado Agaciel Maia, diferentemente do que falam, é um substitutivo escrito por muitos Deputados.

Segundo, que nós não conseguiríamos revogar a segregação de massa e dar um prazo de quatro anos, porque isso resultaria em, nesses quatro anos, acabar com o superávit. E, depois de acabado o superávit, o que se faria com os aposentados, principalmente com os que foram admitidos depois de 2007? Então, nós tiramos a segregação.

Muitas informações chegavam de que o governo usaria o dinheiro para fazer propaganda ou qualquer outro tipo de investimento com finalidade eleitoral. Foi colocado aí, no § 3º desse art. 114, que os recursos discriminados, os 170 milhões, serão exclusivamente para pagamento de aposentados e pensionistas. Então, a informação, ou desinformação, de que o governo utilizaria os 170 milhões para outra finalidade que não o pagamento de servidores aposentados e de pensionistas não é verdadeira, porque está escrito no substitutivo. Está lá marcado de amarelo.

Ora, o que acontece? Aí, entram as outras variáveis, com fatos.

O Deputado Chico Vigilante saiu. Eu passei quatro horas e meia dentro de uma sala do BRB com empresários, a pedido dele, porque entendo um pouquinho do mercado de capitais, para que os caras levantassem os prestadores de serviços. A televisão e os jornais estavam mostrando que escolas e hospitais estavam fechados porque não havia pagamento da limpeza, porque os prestadores de serviços não recebiam há três meses e, portanto, não estavam pagando os empregados; não pagando os empregados, eles entraram em greve. Todo mundo viu. Isso é um fato, não é um discurso, é um fato. Tudo isso, para, de maneira humilhante, o banco emprestar dinheiro a 2% aos prestadores de serviço que tinham o direito de receber contratualmente.

Esse substitutivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvintes, foi uma construção feita dentro da Casa no sentido de aperfeiçoar o chamado projeto a do governo. Existem n outras opções que não estão contempladas, de outros projetos; e podem ser apresentados novos substitutivos.

Quero concluir, Sr. Presidente, sendo realista por tudo que eu falei, dizendo que esta questão da previdência, do jeito como encostou em outros estados, encostará aqui também. Não existem condições orçamentárias e financeiras de o governo bancar até o final do ano ou, talvez, até o próximo mês o pagamento dos servidores. Não teremos os 170 milhões para pagar, e o parcelamento será feito. Essa é uma realidade! O que estamos tentando construir é evitar isso. O que queremos construir é uma solução para que as pessoas não venham a sofrer com isso, não venha o servidor aposentado, não venha o servidor ativo, não venha o setor produtivo – porque isso é muito ruim, Presidente. Quem produz, quem está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	25

plantando cenoura e outros produtos para vender para a merenda escolar não está recebendo. Mercarias que têm três, quatro meses com terceirizados anotados na caderneta – cada um devendo trezentos, quatrocentos reais e não podendo pagar –, fecham. O que nós estamos querendo é uma solução.

Para concluir, o superávit permite que nós também não mexamos no capital principal do superávit, que tem a estimativa de chegar, em dezembro do ano que vem, com 4 bilhões de reais, diferentemente de simplesmente se dar uma autorização para se gastar até o final.

Esse é o cenário real. Essa é a verdade. Está certo? Ela está posta para todos os Deputados e nós, Deputados, é quem temos que decidir se rejeitamos, se aprovamos um substitutivo a, b, c, d ou e. Essa é a questão. O resto é...

Tenho que ser sincero. Muita gente fica manifestando raciocínios até corretos do ponto de vista matemático, mas em cima de dados falsos. Eu também não vou entrar nisso. As pessoas estão raciocinando em cima de base de dados – de boa-fé ou não. O raciocínio é correto, mas os dados são equivocados. Mas nós ainda temos até terça-feira, não é Presidente?

É isso que eu queria colocar para vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria chamar o Sr. Rubens Roriz, Presidente do SINDIFISCO – Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal –, para fazer uso da palavra.

SR. RUBENS RORIZ DA SILVA – Presidente Deputado Joe Valle, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Parlamentares presentes à Mesa, meus colegas sindicalistas, nós temos diante de nós o Projeto de Lei Complementar nº 122 original e um texto substitutivo. Eu teria três questões a colocar no substitutivo, mas primeiro eu gostaria de fazer uma abordagem do original.

Evidentemente, numa abordagem política, o governo de plantão resolve o seu problema de caixa. Basicamente, essa é a alternativa óbvia, é o que está dentro do Projeto de Lei Complementar nº 122. Muito bem.

Primeiro, eu quero falar sobre a previdência complementar, que é a matéria que está lá inclusa. A previdência complementar, meus colegas sindicalistas, nós vamos ter que atacar, vamos ter que discutir. Ora, a União, desde 2013, tem o FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal –, que é a sua previdência complementar. O Estado da Bahia foi um dos primeiros, depois da União. O Estado de São Paulo também. Estive ontem com eles lá.

Recentemente, o Estado de São Paulo contratou setecentos agentes fiscais de renda por concurso público entrando na previdência complementar, mas uma previdência complementar pública, não uma previdência complementar para o segmento do mercado financeiro. Então, eu imagino que temos realmente que analisar isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	26

A questão que o Deputado Wasny de Roure coloca é de uma migração onerosa. Talvez a gente tenha que repensar isso, fechar a previdência para os entrantes. Não sei se seria interessante a questão da possibilidade de opção migratória para essa massa nova que vai ser criada. Eu acho que precisamos apartar a previdência para discutir um pouquinho melhor.

Agora, a unificação dos fundos. Uma massa superavitária e uma massa deficitária. Vamos pensar um pouquinho sobre o que aconteceu no Estado do Paraná, que foi o último que fez, ou tentou fazer, uma unificação de três fundos. No entanto, o Paraná tem o *royalty* da Usina de Itaipu para poder garantir que os três fundos sejam superavitários.

Eu, de fato, sei que o militar não foi unificado. Dos outros dois, eu não tenho certeza. Estou pesquisando junto ao Fisco lá do Paraná. Os colegas me passaram a informação de que não houve essa unificação no Paraná. O Presidente Deputado Joe Valle está afirmando.

De fato, nós não temos o *royalty* da Usina de Itaipu para garantir que ele seja superavitário. Ora, imaginemos aqui o que nós temos de receita não tributária já que a receita tributária não pode ser vinculada. A receita não tributária é o BRB, a CEB, a Caesb, o estacionamento do Pontão, aquele centro administrativo de Taguatinga? Precisamos pensar. Agora é uma opção da sociedade brasileira desfazer das suas empresas? Acho que é um ponto para ser pensado numa possibilidade de fonte para esse fundo, se ele for unificado.

Do ponto de vista legal e justo, eu acho uma injustiça com os meus companheiros que entraram em 2007 a perda de toda rentabilidade de seu fundo, mesmo que o art. 40 da Constituição traga o princípio expresso da solidariedade. Os companheiros entraram e estão com superávit para garantir... Aqui está essa avaliação atuarial que foi publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal*, no dia 3 de agosto. Ela diz claramente que esse fundo paga todo mundo e, em 2093, com o óbito de todos, ele resolve todo o problema e ainda sobra. Agora o fundo financeiro, por esse cálculo atuarial aqui... Em 2097, todos estarão obituados, e o fundo ainda terá 2 bilhões para poder pagar. Então, a próxima geração também paga.

Agora como resolver isso? Eu vou entrar no substitutivo. É receita tributária. Por quê? Veja bem, o Fundo Constitucional hoje, do ponto de vista constitucional, paga a segurança, e é isto o que ele tem que fazer: pagar a segurança e dar o apoio para as áreas de saúde e de segurança. Hoje ele tem um transbordo. Ele não consegue. Inclusive, pelos nossos cálculos, Deputado Wellington Luiz, em três anos, se ele ficar do mesmo tamanho que é hoje, não houver uma RCL da União aumentando-o, e a área de segurança com possibilidade de novos PMs, bombeiros, policiais e delegados civis, ele provavelmente terá que ter um transbordo do Tesouro do DF, da receita tributária.

Então, a questão é receita tributária. Mas o que nós vamos fazer de curtíssimo prazo para aumentar a receita tributária? Ora, a gente vem batendo nisso

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	27

aí. Primeiro, nós temos que analisar as desonerações tributárias aqui no âmbito do DF. Fala-se que o governo tem que fazer o ajuste do lado da despesa e do lado da receita. Do lado da despesa também ele precisa fazer ajuste, mas do lado da receita é necessário fazer ajuste. De que maneira? As desonerações tributárias.

Cito o caso do combustível de avião, em que nós nos posicionamos contra, fizemos matéria, jornalzinho, e ele foi de 25% para 12%. É um valor substancial imaginando que Brasília vai aumentar. Brasília, na verdade, diminuiu. Não tem mais nem voo internacional, mas Brasília continua sendo referência do voo doméstico. Então, é necessário, sim, pensar nessa desoneração tributária do combustível que abastece aeronaves elevando para 25%, porque Brasília continua sendo a segunda ou a terceira em termos de passageiros domésticos.

A questão da Lei 5.005. É necessário pensar nisso aí. Nós estamos falando de 500 milhões por ano, que são os atacadistas. Então, é um segundo exemplo que eu cito aqui e, de fato, em curto prazo, precisamos pensar nisso.

Cobrar imposto, cobrar a dívida ativa, já foi falado isso aqui. É lógico que a dívida ativa é cadavérica. Nós não queremos ser médicos legistas, mas tem uma boa parte dela que tem que ser cobrada e tem que entrar nos cofres públicos.

Também nós modestamente queremos mostrar para vocês que é necessário recompor o tecido do Fisco candango. O Fisco distrital está há 23 anos sem concurso. O último concurso, na verdade, foi em 2001 para fiscal tributário. Tem quinze anos o último concurso. Então, nós realmente imaginamos que para médio prazo seria necessário recompor o Fisco candango. É uma alternativa que nós temos aqui.

E, dentro do meu tempo, ainda me restam dois minutos...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, você já extrapolou três minutos.

SR. RUBENS RONIZ – Então, desculpe-me, Sr. Presidente. Na verdade, eu vou me coadunar com o que disse a Deputada Celina Leão: sobre o substitutivo, entre dar tudo e dar um pouquinho, eu não sei. Realmente é complicado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Sr. Alairton Gomes, Diretor do STIU-DF – Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal.

SR. ALAIRTON GOMES – Boa tarde, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os outros Parlamentares da Mesa. Sou Diretor do STIU-DF e representante dos trabalhadores da CEB. Os companheiros podem perguntar: mas por que os representantes dos trabalhadores da CEB estão nessa discussão, já que não somos diretamente afetados pela questão do Iprev? A discussão é mais ampla. Apesar de que nós temos nosso fundo de previdência próprio, também estamos passando pela mesma dificuldade: o fundo dos trabalhadores contratados antes de 2010 é um fundo deficitário, e o pós 2010 é um fundo superavitário. E nós estamos também

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	28

fazendo essa discussão no âmbito interno lá, para encontrarmos uma solução para o déficit do nosso plano.

O que me traz aqui a essa discussão é a questão de que sempre que o Governador tem dificuldades em resolver o seu problema de caixa, há um iluminado apontando para as nossas empresas, sua venda não só como privatização, mas também, por vezes, a venda dos ativos.

Por várias vezes, nós já tivemos a discussão aqui nesta Casa, isso desde 2015, fizemos a discussão naquela oportunidade da privatização das empresas, um projeto de lei encaminhado pelo Governador, apontando a venda dos ativos da CEB, Caesb, BRB, para resolver o seu problema de fluxo de caixa. E naquele momento o debate foi feito aqui nesta Casa, e aquele projeto foi rejeitado. Agora, novamente, em 2017, deparamos com essa discussão, com esse apontamento de venda de ativos das nossas empresas.

Ora, sabemos que a CEB, principalmente, tem passado por dificuldades financeiras e renovou o seu contrato de concessão em 2015. Para honrar o seu contrato de concessão, haveria necessidade de um aporte financeiro, para fazer os seus investimentos necessários para suprir a demanda de crescimento da população do Distrito Federal.

Naquele momento, nós fizemos a discussão aqui com os Parlamentares desta Casa, e, em 2015, foi aprovado o Projeto de Lei nº 809, que autorizava à CEB vender alguns ativos seus – da parte de geração e da parte de gás –, para aportar esses recursos para a empresa distribuidora, para que ela pudesse honrar os seus compromissos perante a renovação do seu contrato de concessão. Então, esse projeto foi aprovado, e esses ativos estão sendo viabilizados para fazer esses aportes necessários.

Agora, a gente depara com esse PLC 122, que trouxe lá no seu texto original, no art. 47, a possibilidade de venda de ativos das empresas, novamente para aportar recursos ao Fundo de Previdência. Nós estamos aqui solidários aos companheiros servidores públicos, mas nós também estamos passando pelo mesmo problema no nosso fundo de pensão, e nem por isso nós estamos concordando com venda de ativos para aportar recursos para dentro do fundo. Acho que, nesse ponto, a gente precisa fazer a discussão. Esta Casa sempre foi muito atenta a essas questões, fazendo o debate com os dirigentes sindicais, as categorias envolvidas. Acho que nós vamos, certamente, encontrar uma solução para esse problema que não seja a venda de ativos e a privatização das nossas empresas.

Então, nós estamos aqui para nos posicionar contrariamente a essa questão. Acho que o texto substitutivo já trouxe algum avanço no § 3º, que fala que é vedada a privatização. Mas não é somente a privatização, nós temos também que nos resguardar contra a possibilidade de o governo dispor dos ativos de suas empresas para fazer caixa e também para aportar recursos para o fundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		29

Concluindo, apesar de estarmos solidários com os nossos companheiros servidores, também não podemos abrir mão dos nossos ativos das nossas empresas e permitir a privatização das nossas empresas para que aportem recursos para os fundos.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Alairton, lembrando que esse artigo ao qual você se referiu foi discutido ontem. Houve uma preocupação, desde aquele momento, eu passei isto para o Deputado Agaciel Maia: eu não acredito em artigo que deixa espaço para futuras interpretações. O Deputado Agaciel Maia teve o cuidado de depois apresentar aquilo que ontem nós conversamos e que seria a solução. Então, qualquer outro substitutivo ou o próprio texto da lei tem que vir daquela forma. O Deputado Agaciel Maia foi extremamente sensível àquela questão, o que nos dá tranquilidade. Assim, daquele artigo ali nós não podemos abrir mão, pois deixa bem clara aquela situação que me parece que para vocês atende bem. Então, nós não podemos abrir mão daquela situação, conforme foi apresentado por vocês ontem. Ontem nós conversamos no final da reunião, e eu passei isso para o Deputado Agaciel Maia.

SR ALAIRTON GOMES – Eu só gostaria de frisar que, onde trata apenas da privatização, gostaríamos de acrescentar também a não disponibilidade de ativos, até porque, no caso da CEB, nós já temos essa condição de venda de ativos para fazer os investimentos necessários e honrar o contrato de concessão da empresa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, apresente isso como sugestão, encaminhando-a ao Presidente, para que a gente possa absorvê-la porque, de fato, vocês são os maiores especialistas, e têm que ter esse detalhe. Ontem, entendemos que já tinha ficado melhor; agora, dessa forma, fica completo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu fui o Relator em 2015. Também é necessário frisar que a situação econômico-financeira da CEB está na melhor posição dos últimos cinco anos, economicamente falando. Normalmente é manual de governo, de Presidente da República, desidratar, matar a empresa primeiro, para depois privatizar. E não é o que o governo está fazendo, o governo está investindo; então, ele não faria isso, se quisesse vender. Mesmo assim, tanto o Deputado Wellington Luiz como principalmente os dois Deputados do PT, Ricardo Vale e Chico Vigilante, apresentaram uma emenda, inclusive nominando “fica proibida a privatização da CEB e da Caesb”. Tendo em vista a técnica legislativa, eu não poderia especificar no artigo “fica proibida a privatização...”, então foi colocado, em obediência à técnica legislativa, “...das empresas públicas”. Foi uma garantia pleiteada que nós acolhemos nesse substitutivo. Portanto, eram essas as informações, de maneira bem rápida, que eu queria apresentar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sr. Alairton, depois passe isso para nós, porque assim poderemos absorver da forma completa. Por isso que eu digo: é sempre importante, por mais bem-intencionado que o Parlamentar esteja, que ele ouça sempre os interessados. Volto a dizer: os maiores especialistas são vocês.

Antes de devolver a Presidência ao Deputado Joe Valle, quero convidar o Sr. Carlos Fernando da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal para fazer uso da palavra.

SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Boa tarde, Deputado Joe Valle, Presidente da Casa, em nome de quem cumprimento os demais.

É só para complementar a fala. Acabamos de ver aqui em parte da minha fala e da do Gutemberg uma avaliação atuarial. Concordando com a avaliação que o Deputado Wasny de Roure trouxe, eu acho que está mais do que esclarecido que não há que se juntar os fundos, acho que existem outros caminhos. Isso deve ser discutido com muita calma e com muita benevolência, principalmente entre vocês, no Colégio de Líderes, entre vocês pares, base do governo ou não, para que não façamos um desastre na cidade, mais uma vez.

Ficou muito claro, lá na comissão em que a gente estava, com as colocações do Deputado Joe Valle e hoje, ouvindo o Deputado Wasny de Roure – viu, Deputado Wasny, as colocações do senhor na parte técnica? – e o que o Rubens acabou de falar aqui é o que a gente está trazendo.

Então, não têm que mexer no dinheiro do Iprev, não têm que prejudicar de 2007 para frente, nada. Existe desenho diferente para fazer – o Willemann sabe disso –, para que a gente possa, com calma, entender a forma como vai se colocar essa situação – uma expectativa para o fim de mandato desse desgoverno – no trilho. Não é um projeto de governo, tem que ser projeto de Estado, porque daqui a um ano e meio vem outro governo. E aí? Vai entrar para consertar um desastre?

Já não chega o que a gente está tentando impedir, que é a privatização da medicina pública, da maior medicina pública que há neste País? O que o sindicato dos médicos, os sindicatos das áreas da saúde estão fazendo para não deixar implantar esse Instituto Hospital de Base? Porque depois, se implantar, abrir a porteira lá, vai implantar em todos, vão acabar com a medicina privada (*sic*) de Brasília, e isso tem conserto. A gente não tem dúvida disso. Ninguém é burro aqui, tão não preparado, que não estaria vendo e batendo numa tecla às cegas. Nós não trabalhamos às cegas, nós trabalhamos às claras. Agora, têm que mexer no que têm que mexer.

Eu sei que os próximos colegas vão falar – dos outros sindicatos –, mas acho que está claro. O projeto é Frankenstein. A soma disso daí, gente... O senhor está balançando a cabeça, com certeza, o senhor é um Deputado experiente. O Willemann está falando aqui para mim: "Pô, me pegou agora, não é?" Não é, Willemann? Olha aqui, fez até um positivo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	31

Então, gente, vamos pensar – entre vocês, Deputados. Eu acho que pode até – desculpa a minha franqueza – haver interesses etc., etc., a gente sabe como é que as coisas caminham, mas não pode destruir a cidade, não pode destruir duzentos e tantos mil servidores públicos para um futuro.

Eu acho que há Deputado nesta Mesa que pode ser até candidato ao governo, que tem um bom nome, tem boa história. Outros vão tentar se reeleger, ou para federal, não é? Eu estou falando para o senhor, Joe, seu nome está crescendo. Seu nome está crescendo. Para brincar, o senhor dá segundo turno, hoje. Pensa o que o senhor vai fazer. O senhor já errou no voto do Instituto Hospital de Base. Não erre no da Previdência. Não erre no da Previdência.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Carlos.

Carlos, só lembro que esta Casa – e aí, claro, obviamente todos os Deputados participaram, mas na presença do Presidente Joe Valle –, nós chamamos esta discussão para dentro da Câmara. Eu acho que esse é um acerto, e tem que haver o reconhecimento de vocês também. O que o Executivo não teve coragem de fazer, nós matamos no peito. Nós sabemos qual foi o sacrifício para que esse projeto não fosse votado, porque ele seria votado de toda forma, e nós tivemos esse cuidado. Então, é só uma questão de justiça, quando se refere ao Deputado Joe Valle.

O Deputado Joe Valle, inclusive, que não é um Deputado da Oposição, é um Deputado independente, tomou porrada dos dois lados, inclusive de mim, para que aqui não se votasse. De qualquer lado para onde ele virava, ele tomava cacete. Então, temos que ser justos, para entender que, de fato, o Deputado Joe Valle tem feito a parte dele. Contudo, não é fácil. Não é fácil porque, você imagine, dez Deputados de um lado dando porrada, mais dez de outro. E nós da Oposição somos extremamente combativos, imagine! Eu já disse para ele: “Joe, eu não queria estar na sua pele nem com o cacete!”.

SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Eu queria só uma réplica. São duas coisas. Milito na política médica desde quando cheguei em Brasília. Tem coisas que eu não aceitei ser nesta cidade até por opinião minha. Sem falsa modéstia, até secretário de saúde eu já fui convidado para ser, no passado, mas eu faço outro papel, meu foco é outro. No entanto, eu nunca estive tão presente, tanto, tanto, nem quando eu trabalhei aqui na Casa, tão presente dentro da Câmara Legislativa. E sempre referenciei, agradecendo várias vezes, o quanto vocês têm trabalhado pelo servidor público, têm trabalhado pela população. Não tenham dúvida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Carlos.

SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – E quanto ao Deputado Joe Valle, à forma como eu me referi, até pela amizade que a gente criou, sinto liberdade em politicamente falar isso para ele. Externo em público as minhas opiniões, entendeu?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Claro. Eu te entendo plenamente.

SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Eu tenho lado, e minha fala é clara. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeitamente. Obrigado, Carlos.

Eu queria convidar agora meu companheiro, amigo...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, não quero atropelar ninguém, eu apenas gostaria de registrar uma outra sugestão, a exemplo da que eu dei há pouco. O Iprev tem um comitê, a que recentemente foi incorporada uma nova função de avaliação de risco. É o chamado Comitê de Avaliação de Investimento. É uma instância composta por servidores de carreira. Eu gostaria que nós também, antes desse processo de terça-feira, tivéssemos um momento com eles para ouvir de fato qual a apreciação que eles têm sobre recurso, desempenho, como vem sendo administrado, que perspectivas, o que aconteceria com eventuais decisões desse ou daquele lado. Acho que seria uma atitude prudente e uma atitude que daria maiores informações para nós, para depois não dizerem que nós fomos omissos no conhecimento.

Era essa a observação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Eu também acho que é prudente e óbvio que é uma discussão que precisa ser feita no Colégio de Líderes e que não se vote esse projeto na terça-feira, até porque é necessário que outras informações como as que V.Exa. trouxe agora sejam absorvidas. Então também entendo como sendo necessário.

Concedo a palavra ao meu amigo, companheiro Sr. Rafael Sampaio, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal – SINDEPO.

SR. RAFAEL SAMPAIO – Boa tarde, Presidente Joe Valle, Vice-Presidente Wellington Luiz, Deputado Wasny de Roure e todos os demais Parlamentares. Quero agradecer a oportunidade de nos manifestarmos acerca do tema.

Quero ressaltar, Deputado Wellington Luiz e Deputado Joe Valle, que a gente observou que no substitutivo ele a princípio mantém rígido o § 2º do artigo 1º, que excluiria a Polícia Civil do Distrito Federal por conta da nossa natureza jurídica e até mesmo porque, se nós fôssemos inseridos na Previdência do Distrito Federal, iríamos incrementar esse déficit em 300 milhões anuais. Então acho que não interessa realmente ao Distrito Federal nos assumir.

Mas, diante da obscuridade com que sempre foi tratada a destinação das contribuições previdenciárias da Polícia Civil – até hoje nós não temos essa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	33

informação; nós sabemos que há uma demanda do Tribunal de Contas da União entre a União e o DF sobre essas contribuições previdenciárias, mas nós não sabemos qual destino que o Distrito Federal dá a ela – e diante até do que o colega Willemann falou acerca da segurança jurídica, do risco que nós corremos de que isso não seja explicitado, de que algum artista num futuro próximo venha a arguir que houve uma revogação tácita desse dispositivo, nós gostaríamos de ressaltar a necessidade de que haja uma disposição expressa de que esse dispositivo se mantenha rígido, de que ele se mantenha em vigor, para que não haja inclusive esse incremento do déficit da Previdência do Distrito Federal.

São essas as nossas breves considerações. Queríamos também manifestar a nossa solidariedade com os demais servidores do Distrito Federal. Também somos servidores do Distrito Federal e não concordamos com que o governo trate como solução econômica para o Distrito Federal o vilipendiamiento desses recursos da Previdência do DF. Na realidade, ele está querendo meter a mão nos recursos do Distrito Federal, da Previdência para resolver um problema de gestão do governo dele.

É isso o que nós gostaríamos de expor. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Rafa. Rafa, só registrando – ontem na reunião não tive a oportunidade de passar isso para vocês, pois não estavam presentes – que nós já apresentamos a emenda, e é óbvio que a nossa intenção é que esse projeto não prospere de forma alguma. Nós vamos trabalhar muito forte para isso. Não quero obviamente isso, a não ser aquele substitutivo que seja construído pelas entidades de classe junto com os Parlamentares. Os que estão aí ainda estamos trabalhando para que fiquem melhor. Mas nós já temos uma emenda trabalhada com vocês também, deixando isso bem claro, inclusive já com a anuência do Presidente Deputado Joe Valle. Então era para deixar isso bem registrado. Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Rosilene Corrêa, Diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF.

SRA. ROSILENE CORRÊA – Boa tarde, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz – acho que agora estão só vocês dois. Boa tarde aos meus companheiros e companheiras. É lamentável que não estejam aqui os Deputados o tempo todo, especialmente aqueles que defendem o PLC nº 122. Eu acho que era isto de que nós precisávamos: do debate com as partes, porque, entre nós, não há dificuldade. Para mim, está muito claro, e eu acho que a opinião de todos aqui, pelas manifestações, é de que não há espaço para se discutir o PLC nº 122, ele é recusado por nós, e não se debate. Para mim, isso não está na pauta. O objetivo desta comissão foi exatamente discutir possíveis alternativas, o que não significa, inclusive, que haverá acordo conosco nessas alternativas que sejam apresentadas ou que se fique só nas tentativas da nossa parte.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	34

O fato é que, primeiro, a gente não pode tratar essa insistência do governo como uma ação isolada do que acontece no País, hoje, do ponto de vista de interesse da classe trabalhadora. Nós não estamos sofrendo o primeiro ataque. Há outra reforma da Previdência que está lá em cima esperando, louca para ser aprovada. A reforma trabalhista foi aprovada outro dia; a terceirização, também. Enfim, estamos vivendo um momento que é de ataque aos nossos direitos. Então, não podemos tratar isso aqui como se fosse uma ação absolutamente isolada.

Claro que, aoirmos para o Distrito Federal, que é a nossa casa, digamos que é o quintal de casa, isso se agrava. Também não é novidade e não é a primeira vez que nós enfrentamos a política do Governo Rodrigo Rollemberg. Todos nós aqui já estamos amargando esses três anos, porque tem sido essa a relação dele para com os trabalhadores e trabalhadoras.

Agora quero registrar e reconhecer o papel desta Casa, que não poderia ser mesmo diferente. O governo, mais uma vez, peca, e, hoje de manhã, dissemos isso a eles. Não ter debatido... Como é que se vai discutir a previdência, que é propriedade nossa, sem debater conosco? Então, não daria certo mesmo. Eu não sei onde ele imaginou que isso daria certo. Então vocês cumprem com esse papel de fazer aquilo que deveria ter sido feito antes. Estamos aqui há dez dias com esse projeto, mas ele deveria ter sido debatido antes.

Por isso que eu disse que nós não estamos debatendo o 122, na verdade, ele provocou tudo isso aqui. E aí, é claro – não é, gente? – que tem também um empurrãozinho nosso, ou seja, também há o nosso pezinho no freio desse projeto, porque as nossas reações e ações também fizeram com que o debate acontecesse. A sociedade, acho que a sociedade foi pautada por esse projeto nos últimos dias.

Agora eu quero, com muito carinho mesmo, fazer uma colocação para vocês, Deputados, que têm um papel fundamental nisso aí. Eu fiquei ouvindo aqui e venho... Claro, todo mundo aqui está acompanhando todos os dias, todas as horas, não temos vivido outra coisa senão esse maldito PLC, mas eu fico preocupada, porque, em alguns momentos, eu sinto aqui que nós estamos diante de um quadro que é... Às vezes, todos são especialistas no assunto e, às vezes, todos são ignorantes.

Para alguns, o outro lado está falando inverdades o tempo todo, sem fundamento, sem embasamento técnico. Depois o outro fala, e parece que é o outro lado. Aí eu não sei qual é o sentimento de vocês, mas a impressão que eu fico, assim... E aí? Como é que vai ser? E nós no meio disso. Entende?

Tem algo errado. Tem algo esquisito no ar. Tem o governo com o seu discurso, é o papel dele, mas aqui dentro precisamos também agir de uma forma, e eu não vou nem falar em transparência, porque eu acho que não se trata de transparência, mas é muito sério o que nós estamos fazendo aqui. É louvável o que tem acontecido até agora, o debate tem que ser feito.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	35

Por isso, Deputado Wellington Luiz, ainda bem que você falou há pouco, porque, para mim, não existe terça-feira próxima ser o nosso limite, tem muita coisa. Depois desta tarde aqui, fica muito mais claro ainda o quanto nós temos só incertezas. A cada momento, a cada intervenção que é feita, surgem dúvidas e inseguranças da nossa parte, porque, me desculpem, tem aqui uma situação conflituosa demais e inclusive com questionamentos de dados técnicos. Eu quero crer que pessoas que são profissionais da área, profissionais de carreira, enfim... Por mais que cada um de nós tenhamos os nossos interesses políticos, parto do princípio de que, se eu me vejo como uma pessoa séria e honesta, o outro também é até que me prove o contrário.

Então, eu não faço parte do time que faz o discurso de que o problema é do governo, que não tem dinheiro, porque esse problema passa a ser meu também. Contudo, eu não posso também ser o problema, como o governo quer transformar, porque aí nós, servidores, é que viramos o problema do Distrito Federal. Aí não há acordo.

Para concluir, porque meu tempo já terminou, eu acho que a gente precisa, primeiro, esquecer das ameaças do governo. Essa história de que, se até terça-feira não votar, haverá parcelamento, se o preço for esse, paciência. O que não dá... E eu prefiro. Alguém hoje disse lá pela manhã: "Se o preço é esse, se é verdade que tem que parcelar..." Eu nem sei se é verdade; nesse caso, eu realmente não sei. Porém, não dá para colocarmos em risco o que é muito maior do que o possível parcelamento de salário de um mês, porque, se daqui a trinta dias tivermos condições, se for essa a conclusão a que chegaremos, o que será... Eu não posso atropelar, para evitar o parcelamento de um mês, ainda que talvez seja somente ameaça. Entende, Joe? Porque senão tudo o que vocês estão se esforçando aqui para que seja feito vai por terra; a gente pode, por questões de dias, atropelar e colocar tudo a perder.

Hoje eu posso dizer para vocês, pelo menos da nossa parte, da minha categoria: não há convencimento, não há clareza, não há condições. Se esta Casa votar qualquer projeto que coloque em risco – e até agora é esse o entendimento que se tem –, vocês estarão se comprometendo muito com os servidores do Distrito Federal. Então, eu acho que ganha todo mundo, se nós dermos o tempo necessário para esse debate. E esgotar. Aonde chegaremos? Se terão o apoio dos servidores ou não para aquilo, as chances são muito maiores se houver uma construção.

E aí, Willemann, eu queria, só para terminar mesmo, quando se fala em criar um grupo tarefa, um grupo de trabalho, pelo que eu entendi, esse grupo, pela proposta, é assim: vota-se o substitutivo e aí cria-se o grupo para pensar de onde virão? Então, é bom esclarecer, porque não tem como a gente apoiar nada, se é que faremos isso, para depois discutir de onde virá esse fundo e como é que vai ser isso.

Por isso que precisamos de tempo. É o inverso. Não tem condições. Aí é assinar um cheque em branco.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	36

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, Rosilene.

Rosilene, eu acho que você tocou em alguns pontos que são extremamente importantes. E o Deputado Joe Valle lembrou aqui o que o Governador está fazendo. Ele está dizendo que o problema é a Câmara e os trabalhadores, quando o problema é uma proposta indecorosa que ele está fazendo.

E nós temos que lembrar, Rosilene, que não podemos votar nada de forma açodada. Não precisa. E eu posso lhe garantir, ainda mais agora que nós estamos saindo do limite prudencial, em mais de dois pontos, que não pode haver atraso de salário. Não pode e não vai haver. Até porque se houver agora ele vai ter que corrigir os salários por conta de uma lei aprovada nessa Casa. Então, ele vai ter que pensar duas vezes. E é com juro de cheque especial. Então, vamos ver se ele vai ter coragem de fazer isso, e você vai ver que ele não vai ter mais. Então, eu acho que os instrumentos inibidores para ele fazer isso estão postos aí pela Câmara. E nós vamos impedir.

Nesta Casa aconteceu um fato inédito, nunca se tem uma comissão geral na quarta-feira. Dada a magnitude e a importância do tema, se marcou para hoje, e é lamentável que aqui não esteja lotado de Deputados. Por isso, não estando lotado de Deputados, que eu não tenho acordo nenhum para votar nada na terça-feira. Até porque eu acho que a proposta que tem que ser avaliada por essa Casa é a proposta dos trabalhadores. Não é proposta de Deputado. Tem que ser. E eu vou dar um exemplo bem claro do que o Olair falou agora há pouco. Por mais que o Deputado tenha sido bem intencionado, ele não consegue alcançar a necessidade do trabalhador. De quem está na ponta. Esse negócio de especialista em segurança pública ficar atrás de computador dizendo como é que troca tira com bandido; vai lá para a favela trocar tiro! Uai, é diferente.

Então, essa proposta tem que vir de fora para dentro. Tem que vir de vocês para a gente. Obviamente, aí é o nosso papel, já que fomos eleitos para isso, ajustarmos dentro das necessidades políticas. Mas como é que vocês fazem isso até terça-feira? Não fazem. Então, esse cuidado...

E aí tem o meu compromisso. O Presidente sabe qual é a minha posição de, na segunda-feira, no Colégio de Líderes, me posicionar contra qualquer votação que seja, antes de uma proposta a partir dos trabalhadores, que vocês afiancem. Eu não vou votar em algo que é escuro, porque essa conta quem vai pagar depois é a gente. Não só como Parlamentar, mas, principalmente, como cidadão.

Muito obrigado.

Convido agora Fábio Medeiros, presidente do SINDETRAN – Sindicato dos Servidores do Detran, meu amigo. Fábio já foi? Ele não está aqui. Se voltar, chamamos novamente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	37

Concedo a palavra ao meu amigo Luiz Gonzaga de Negreiros, diretor nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Quero cumprimentar o nosso Presidente Deputado Joe Valle. Boa tarde, Deputado Wellington Luiz, nosso Vice-Presidente. Cumprimento nosso Deputado Wasny de Roure e parabênz o Deputado Joe Valle por este momento. Inclusive eu me surpreendi, não conhecia essa posição democrática do Deputado Joe Valle. Eu acho que esse foi um momento que realmente mostrou grandeza. O governo, todos os membros do governo, representantes do governo, estão com a cantilena do parcelamento de salário. Eles estão com um discurso pronto, reproduziram um discurso que o governo fez. Todos reproduzem.

Nós estivemos hoje em uma reunião com o governo às 11h. Chamaram algumas entidades sindicais para fazer a choradeira, justamente de não ter recurso. Fizemos reflexões, reflexões e reflexões. Eu gostaria que estivesse presente aqui o representante do governo, os que defendem o projeto. Eu sei que vocês não defendem. Isso é muito sério!

Outra coisa é sobre o setor produtivo, do qual ouvi falar aqui. Prestem atenção! O setor produtivo não colocou um centavo no Iprev. O que o setor produtivo tem a opinar sobre o Iprev? Eles querem é comer também o fundo nosso, junto com o governo. É inadmissível que o setor produtivo venha dar palpite nessa matéria. Não cabe setor produtivo! Setor produtivo não é um contribuidor, não é um colaborador do fundo dos servidores. O que tem a ver setor produtivo com o nosso fundo de aposentadoria? Nada. Então, não se deve deixar que deem palpite, o governo os está chantageando, como faz aqui na Casa, dizendo: "Olha, se não pegar o dinheiro lá, vocês não vão receber, vocês não vão investir, vocês não vão cumprir com os..." Nós não temos nada a ver com isso.

E mais: tem um discurso aí que ninguém está dizendo. Eu sou do fundo financeiro, o chamado fundo falido. Eu sou um contribuinte do fundo falido, mas não deixei de contribuir para esse fundo falido, Deputado Wellington Luiz e outros Deputados. Nós, os 110 mil servidores desse fundo, todo mês ainda estamos contribuindo para o fundo, mas é como se já estivesse falido, não cai mais nada lá. Então, esse fundo que é considerado fundo falido, todo mês ainda recebe contribuição nossa lá. É preciso saber quanto está caindo por mês. O governo já deu como perdido, como falido, o dinheiro todo mês está desaparecendo, o ralo está aberto.

Portanto, é preciso que esta Casa aja com muita responsabilidade, com muita tranquilidade. Nós representantes dos servidores queremos fazer o debate, queremos conhecer o Iprev. Chegou o momento de conhecer o Iprev! Lá na área federal, eu faço parte do discurso da previdência nacional pela central sindical, tenho assento lá com Senadores e Deputados Federais. Quando se falou em reforma da previdência, nós conseguimos abrir a CPI da Previdência e achamos muitas mazelas. Muita coisa tem que ser resolvida primeiro, para depois resolver a outra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	38

Aqui no Distrito Federal, o Governador está fazendo filantropia com o nosso chapéu. O Governador está trazendo, está dando incentivo fiscal de um bilhão e meio. Se ele não pode dar, não dê! Agora está cobrando a fatura de nós, servidores públicos. Diz que não tem mais recursos, e está de olho nos nossos recursos. Se não tivesse esse recurso do Iprev, o Distrito Federal estaria falido? Será que quando o Governador foi candidato, não conhecia a situação financeira do Distrito Federal, um Senador da República? Foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal, Senador, e agora Governador. Não conhecia essa realidade? Tem que fazer isso agora, emergencialmente? Se não, o Distrito Federal para? Outra coisa: daqui a um ano, ele está fora! Srs. Deputados, que têm responsabilidade, eu sei: daqui a um ano, Rollemberg está fora.

Todos nós servidores representantes vamos ficar de olho aqui, para saber quais foram os colaboradores do Rollemberg. Ele mostrou que não tem responsabilidade, é incompetente mesmo. Isso é questão de competência! Como é que não se busca dinheiro, gente! Há uma quantidade de outros meios para buscar recurso no Distrito Federal, e agora a saída é só o nosso Iprev, que poupamos. Será que não tem como buscar dinheiro em emendas parlamentares, em outros projetos? Tem que pegar o fundo constitucional. Hoje mesmo o governo nos dizia, numa reunião, que, se não fizer isso, vai parcelar salário. Fica chantageando os servidores, fica desestabilizando as pessoas! Não é essa a forma.

Sr. Presidente Deputado Joe Valle, parabéns pela sua democracia. Não aceite pressão, fique na história como aquele que não aceita pressão do governo nem chantagem. Esse projeto só será votado aqui se você colocá-lo em pauta, porque você é quem faz as pautas de votações. Então, você tem essa prerrogativa em mãos. Não adianta vir pressão de a, b ou c, nem do Colégio de Líderes. Se o Presidente não quiser pautar o projeto, diga mais: vou discutir, vou debater com os representantes interessados.

Como nós estamos debatendo, se o projeto está pronto? Nós queremos a retirada do projeto, que seja retirado na urgência, para depois fazermos o debate. Quando o senhor nos chamar para o debate, vamos debater o projeto nas entrelinhas. Isso diz respeito a nós, não ao governo. O governo é um servidor, o Fundo dele está lá no Senado Federal, e nós estamos no Distrito Federal. Então, ele não está nem aí para a gente, ele está pouco se importando se nós vamos, lá na frente, receber aposentadoria ou não. Ele estará andando por aí sorrindo da cara da gente e de quem o apoiou nessa atitude insana. Isso é uma insanidade, uma irresponsabilidade para fazer com os servidores. Os servidores, até agora, nunca tiveram nem um aceno positivo deste governo. Todas as medidas são só para nos prejudicar, são só para nos preocupar. O governo não nos concedeu nenhum reajuste, e agora ainda vem querer atacar nossas aposentadorias. Não devemos aceitar isso.

Vamos debater o projeto, vamos construir um projeto, não vamos fugir do debate. Eu quero dizer mais: a proposta do Deputado Joe Valle, eu já vi uma delas –

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	39

Deputado, eu conheci através da sua proposta –, a proposta do fundo garantidor, vamos discutir. Vamos discutir sobre o fundo garantidor, sim. Eu fiquei com isso na cabeça e achei viável debatermos o fundo garantidor. Vamos achar uma forma de trazer o fundo garantidor para debater, mas sem pressa. Não precisa ser este mês, não precisa ser no outro, não precisa ser este ano. É preciso ser feito. Ninguém se preocupou antes. O governo não começou o debate antes, e agora quer fazer em uma semana? Vamos fazer com tranquilidade, com calma. Tudo que é feito com calma é bem feito, mas feito de forma corrida e açodada é ruim. Os Deputados que estão apoiando com pressa, eu só lamento. Eu quero dizer o seguinte: calma, vamos devagar.

Um abraço a todos. Aos colegas companheiros sindicalistas digo o seguinte: todos, eu sei, têm o mesmo sentimento. Queremos participar do debate e construir o projeto, mas não aceitar coisas prontas que não dizem respeito a nós. Isso envolve nossas vidas, nossos futuros, mas nós não pontuamos um ponto. Quero dizer que é um absurdo, é uma aberração isso, fazer dessa forma.

A Capital do Brasil, no século XXI, não pode mais aceitar esse tipo de políticos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Negreiros, seu tempo está encerrado. Obrigado.

SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – O Deputado Wellington Luiz gosta de me cortar, mas tudo bem, Deputado. A matéria é polêmica.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu gosto de cortar, o senhor gosta de falar, deu certo.

SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Piauí é assim mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Negreiros, desculpe. Realmente há uma pauta grande. Daqui a pouco, vai haver o esvaziamento, e precisamos ouvir a todos. Você sabe que eu gosto muito de ouvir. Se você quiser, depois a gente fica conversando por mais duas horas, piauiense com piauiense. Obrigado, amigo.

DEPUTADO JOE VALLE – Na realidade, sobre essa matéria, há matérias que a gente consegue discutir em uma semana e há matérias que a gente consegue discutir em duas. Essa não é uma matéria para se discutir nesse prazo curto, porque estamos buscando uma solução definitiva para esse processo. Nenhum lugar no Brasil conseguiu ainda. Então, é uma matéria complexa e nós temos que dar a importância que ela tem.

Outra coisa: nossa característica nesta gestão é de um modelo participativo, com o Colégio de Líderes. Esta Casa é colegiada, a decisão é tomada de forma colegiada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Negreiros, eu posso atestar que há uma pressão muito grande para que não seja colocado. Agora, sem dúvida nenhuma, aqui é um colegiado, uma Casa de 24 Deputados. Então, por mais que o Presidente tenha o poder de pautar, ele não pode fazer isso da forma que ele quer.

Volto a dizer que aqui é um colegiado, há uma Mesa Diretora, todos os Deputados da Mesa Diretora foram eleitos. É um Colégio de Líderes. Por ser um Colégio de Líderes, existe uma pressão muito forte em torno disso. Então, deixar esse encargo por conta do Deputado Joe Valle, para mim seria até bom, mas é maldade. Obrigado.

Convido para fazer uso da palavra a Sra. Dayse Amarílio, presidente do Sindicato dos Enfermeiros. Lembrando, Dayse, que eu não chamei antes porque você fez a inscrição no registro de presença.

SRA. DAYSE AMARÍLIO – Gente, boa noite. Cumprimento o Presidente Deputado Joe Valle, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Wellington Luiz e os companheiros.

Eu queria fazer algumas observações. A primeira delas é que me assusta muito, em um projeto tão importante, que vai impactar a vida de milhares de pessoas – isso me assusta e me assombra –, não passou, eu não digo nem ficar no plenário, mas não passou nem 1/3 dos 24 Deputados. Eu acredito que eles já tenham o voto pronto e não queiram discutir, assim como a propaganda enganosa do governo hoje, que disse que nos chamou para conversar, para debater. Isso não é uma verdade, pois o projeto passou por três Comissões nesta Casa num período de 48 horas.

Eu não vi estudo nenhum – corrijam-me – de que, fundindo esses dois fundos num terceiro fundo, que é um fundo solidário, em quanto tempo vai-se conseguir fazer essa compensação e qual o impacto disso em tantos anos, em x anos. Eu não vi.

Outro ponto é que isso retira a responsabilidade do governo de investir nesse fundo, que é um fundo que está ruim, que é o fundo financeiro, e, automaticamente, tirando essa responsabilidade dele de investir nesse fundo, você deixa esse dinheiro até 2018 – não sei por que 2018 – para que esse governo invista em outras áreas dentro da nossa cidade. E se faz um panfleto como este que entregaram para a gente hoje falando que, se o projeto passar, vai se investir e pagar as horas extras e pagar os salários em dia. Isso aqui é uma covardia. E eu não sei por que até 2018. Não é? E isso num ano eleitoral.

Outra coisa que me assombra muito é que foi falado aqui de novas fontes, que é a questão do garantidor. Se ele não conseguiu garantir isso nesse tempo para um fundo, será que vai garantir para os dois?

Preocupa-me muito, inclusive, um substitutivo que mostra que, depois que já foi feito, que foi aprovado, que fundiu e pegou o dinheiro, é que vai se começar a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	41

discutir propostas de como levantar e gerar recursos, que ele não teve a capacidade de fazer até hoje. Quem garante isso se até os senhores que estão aí talvez não estejam aqui depois de 2018? Quem vai garantir isso?

Isso é brincar com a vida de pessoas que... O Iprev não é de todos, não é do pessoal, dos grandes empresários, que têm inclusive isenção fiscal. O Iprev é de quem investiu. Eu estou no fundo financeiro, mas eu investi. Em nenhum mês, eu deixei de investir.

Como nosso especialista falou, os mais novos vão pagando a geração dos mais velhos, e assim vai sendo feito. Mas, infelizmente, como caminha aí... Na Câmara dos Deputados, inclusive, projetos de lei de terceirização estão sendo aprovados rotineiramente. Quem é que vai ser servidor público, quem vai entrar nesse fundo para financiar o quê? Vai sobrar para o Tesouro. Se a gente não pensar em fonte agora, não adianta.

Então, isso é muito preocupante. Infelizmente, eu acredito que é brincar com a vida das pessoas e usar de imediatismo. Como eu falei, o povo parece que tem falta de conhecimento, porque o que eles querem é o salário em dia, mas eles não estão vendo a gravidade. Eu poderia ser muito bem egoísta, como eu já vi alguns servidores falando: eu estou no fundo financeiro, sou mais velha, eu quero é dividir. Mas, infelizmente, o que se mostra é uma coisa muito nebulosa, que todo mundo vai estar no mesmo pacote e todo mundo vai estar sem.

Agora, fala uma coisa: nós contribuímos – nós da saúde, os professores, o pessoal da carreira da polícia – não foi só com 11%. Nós contribuímos com o nosso trabalho. E, para finalizar, eu queria dizer que nós contribuímos com a nossa saúde, porque nós estamos trabalhando em locais insalubres, de maneira desumana. Infelizmente, nós estamos acabando com a nossa saúde neste governo. E, no momento que nós mais vamos precisar, que é na nossa aposentadoria, nós não vamos ter direito nem a isso.

Então, pensem, porque vocês estão eleitos para representar o povo, e nós dependemos de vocês agora. (Palmas.)

DEPUTADO JOE VALLE – Ok.

Willemann, você pode fazer um esclarecimento? Acho que a Dayse falou do projeto, da fusão dos fundos e depois voltou ao processo. Faça um esclarecimento em relação ao substitutivo que você colocou aqui, por favor.

SR. WILLEMANN – Se eu não esclarecer, por gentileza, questione.

O substitutivo é um texto para debate, uma contraproposta ao projeto do governo.

Eu sou servidor, como disse. Antes de responder, quero dizer que nós não estamos brincando com vidas, não. Isso aqui não é brincadeira. Acho que, no momento que se chama para um debate, que se coloca um texto, que se apontam

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	42

algumas soluções possíveis, está se tentando discutir. Quando se diz que vai, para frente, procurar essas fontes de receita, é porque, no projeto do governo, veio que o governo em 180 dias iria indicar, sem nenhuma obrigação de que indicasse. Então, está se trazendo... A Câmara, neste substitutivo, quando coloca, lá no artigo 3º, que vai buscar essas fontes, é neste sentido de dar um tempo maior para que se possa buscar essas questões. E aí todos temos de trabalhar.

Agora, o que acontece com a realidade das nossas questões? Quem está no fundo financeiro... Com a chamada segregação de massa, aquela divisão em 2007, já houve o rompimento do pacto de geração. As gerações mais novas, as que entraram depois de 2007, não vão pagar as nossas aposentadorias. Então, quem vai pagar é a sociedade. E quem é a sociedade? Somos todos nós. Nós não podemos excluir o servidor público da sociedade, como também não podemos excluir os servidores pós 2007 dessa discussão. Então, se toda a sociedade tem que pagar, vamos verificar a melhor forma de atenuar esses impactos. E é isso que nós temos que buscar nas soluções.

Então, quando se apresenta um substitutivo nesta Casa ou outro substitutivo ou novas propostas, é nesse sentido de encontrar alguns elementos para o debate. Tem proposta pronta? Não. Tudo que nós colocamos aqui, tudo que está colocado no substitutivo... E o texto que está colocado aqui não é uma proposta do Willemann, até porque eu também não concordo com isso. Eu escrevi textos, escrevi três ou quatro textos a pedido de Deputados que tinham as suas ideias e me pediram para lhes ajudar a dar o formato legislativo. Agora, assim como cada um de nós, cada um dos senhores aqui tem as suas concepções de mundo, claro que cada um de nós, cada Deputado também tem. E, na maior parte das vezes, nós entramos e saímos desses debates com as mesmas concepções.

Qual foi a ideia do substitutivo aí nesse ponto? Parabéns, Sr. Presidente, pelo que o senhor colocou. É tentar discutir. Então, foram apresentados alguns números. Se eu tiver oportunidade, no final, quero ressaltar alguns números que estão equivocados, porque nós estamos olhando fotografias e não olhando filmes. Nós precisamos, de fato, entender o que está acontecendo. A partir desse entendimento, talvez consigamos apontar algumas soluções.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Willemann.

Gente, tem uma observação que precisa ser feita. O Willemann é demandado aqui por todos os Parlamentares, independentemente de partido. Então, ele acaba captando todas as informações. Hoje não vislumbramos qualquer possibilidade de discutirmos essa matéria sem antes falarmos com ele. Por isso, ele acaba, às vezes, apanhando sem que o filho seja dele. Ele só escreveu. Então, deixa bem claro que não foi Willemann quem pensou; ele apenas escreveu e a pedido nosso, dos Deputados.

Dayse, eu não sei onde ele vai arrumar tanto dinheiro, porque ele prometeu pagar a vocês a hora extra, prometeu pagar à Polícia Civil, prometeu pagar ao setor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	43

produtivo, prometeu fazer a bomba nuclear. Ele está prometendo dar a mãe dele. Ele tem que ver quem é que vai tomar chifre. Vai todo mundo levar chifre dele. Então, temos que ter cuidado.

Concedo a palavra ao Leandro Allan Vieira, Presidente do Sindpen.

SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Boa tarde, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rafael Prudente, que aqui está. Quero agradecer aos Deputados que fizeram parte hoje desse plenário por estarem ouvindo os servidores. Como bem falou a nossa amiga Dayse, esta Casa, na verdade, hoje deveria estar aqui repleta de Parlamentares para debaterem com sindicatos e escutarem os sindicatos, porque são dados importantes.

Deputado Wellington Luiz, Deputado Joe Valle e Deputado Rafael Prudente, quero trazer um dado aqui hoje que recebi na reunião ali com o governo e com que fiquei abismado. Os sindicalistas estavam lá. Eu percebi que existe um dado sendo repassado por parte do governo que é um dado que não condiz com a verdade. E ele mesmo disse nessa reunião. Ele está mostrando uma tabela de superávit do Iprev, um superávit flutuante e que não é contínuo. Eu vou explicar o que quero dizer com isso. Ele está pegando... O Deputado acabou de tocar nisso, ele não está aqui, ele falou "Nós queremos saber sobre as aplicações do Iprev." Olha só o que eles estão fazendo: eles pegaram o recurso do Iprev, fizeram aplicações em fundos, em títulos da dívida e tiveram uma rentabilidade maravilhosa, conseguiram 17% a 18%. Agora estão pegando essa rentabilidade e colocando-lhe um cálculo como se fosse um superávit de arrecadação e não de lucro dos investimentos. Ano que vem, talvez, o governo não consiga a rentabilidade que ele teve com essa aplicação, e nós poderemos, inclusive, levar prejuízo nas aplicações! E ele está apresentando essas aplicações e o sucesso que ele teve como superávit de arrecadação, que não é verdade. E foi demonstrado lá hoje nessa reunião que não se pode afirmar que o Iprev é superavitário. Se não se pode afirmar que o Iprev é superavitário, nós temos uma preocupação maior ainda. Temos o Iprev, de cuja saúde financeira não temos certeza, já pronto para ser anexado a um fundo que temos a certeza de que não está bem de jeito nenhum, o que é um absurdo!

Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rafael Prudente, eu quero que os senhores ouçam esses dados com muita cautela e verifiquem o que eles estão apresentando como superávit. Se eles estão apresentando somente as arrecadações ou se estão somando o lucro que tiveram nessas aplicações do fundo, porque foi demonstrado lá, agora nessa reunião, que eles estão apresentando como superávit de arrecadação o lucro que tiveram nas aplicações.

Nós tivemos um ótimo desempenho da bolsa de valores. Foram 94 ações que dobraram de valor em menos de um ano; outras, 500%. Eles tiveram um desempenho de 18%. Ano que vem não significa que a rentabilidade de fundos de pensões, de títulos, de ações, tenha o mesmo desempenho e poderemos ter, inclusive, prejuízo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	44

Então, esse superávit que o governo está apresentando é imaginário!

DEPUTADO JOE VALLE – Willemann, você pode fazer uma colocação, bem rapidinho?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Allan.

SR. JOSÉ WILLEMANN – Allan, duas colocações. Primeiro, neste substitutivo não se está falando em superávit, até porque, se for buscar superávit, não vai ter o superávit suficiente para cobrir tudo o que o governo está dizendo que precisa para pagar os aposentados e pensionistas do financeiro. Essa é a primeira questão.

Agora, em relação ao superávit do fundo previdenciário, não sei o que o governo disse. Eu trabalho sempre com os relatórios que estão publicados no *Diário Oficial*, ou que são encaminhados à Câmara Legislativa. E no relatório do cálculo atuarial encaminhado em maio, junto com a LDO, está dito lá com todas as letras que há um superávit matemático e atuarial no fundo previdenciário. Eu não me recordo agora de memória o valor, mas está escrito lá que há um superávit, inclusive com a contribuição de 16,55% até 2018. Então está escrito. Agora, se há outro dado, eu não sou atuário, não sei fazer cálculo, mas olho o que está acontecendo com os relatórios que o governo apresenta.

E até que provem o contrário, eu tenho de confiar no técnico que temos lá, que é um técnico de atuário vindo da Caixa Econômica Federal e que trabalha com isso. Ele não tem nenhuma razão para inventar números. Então, quais são os dados? Os dados que temos são oficiais, estamos trabalhando com isso. Agora, a proposta que há aqui não leva em conta superávit, leva em conta a rentabilidade no mercado financeiro dos juros. E aí, evidentemente, se aprovada essa proposta colocada aqui, haverá, sim, um decréscimo significativo no patrimônio do fundo previdenciário. Isso é verdade. Ninguém pode dizer diferentemente e acho que em nenhum momento se tentou dizer isso. Eu tentei ser o mais objetivo possível para dizer como é que essa proposta foi construída.

Claro que temos de ser claros no sentido de que, usando esses recursos da forma como está, o patrimônio do fundo previdenciário vai ser diminuído, sim! Isso é inegável. Mas a justificativa não é o superávit.

SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Sim, é porque eles apresentaram nessa reunião que tivemos, Deputado Wellington Luiz, que o que eles estão apresentando como superávit, Willemann, é justamente essa gordura aí dos investimentos. Então, o fundo que eles falam que é superavitário pode não ser na verdade se tirarmos o sucesso dos investimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Essa é a lógica e a grande preocupação. Obrigado, Allan, mais uma vez.

Gente, só lembrando que já estão encerradas as inscrições, até por causa do adiantar da hora. Temos ainda seis inscritos, o último é o Jeizon, do Sindical.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	45

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Sinpol, Rodrigo Fernandes Franco, o gaúcho.

SR. RODRIGO FERNANDES FRANCO – Boa noite a todos. Boa noite, Presidente Deputado Joe Valle; Vice-Presidente Deputado Wellington Luiz; Deputado Wasny de Roure, nosso grande defensor aí também; Deputado Rafael Prudente. Boa noite a todos os colegas aqui de todos os sindicatos, uma grande representatividade nós estamos vendo aqui, não só das categorias, mas da sociedade brasiliense, preocupada com essa discussão a respeito da reforma da previdência do Distrito Federal.

Meu nome é Rodrigo Franco, sou o Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e trago aqui a preocupação dos policiais civis com relação a essa matéria. Os policiais civis do Distrito Federal, apesar de serem servidores públicos daqui e de prestarem serviços aqui na cidade, são organizados e mantidos pela União. O que isso quer dizer? Quando a Constituição diz que somos organizados pela União, quer dizer que nossas leis são federais. Quando fala a Constituição que somos mantidos pela União, significa que se aportam recursos federais, do Fundo Constitucional, para o pagamento da nossa folha de ativos e de inativos. Dizer que somos organizados pela União é dizer que o nosso regime previdenciário é a Lei Complementar nº 51, de 1965 – porque é ela que rege as aposentadorias dos nossos policiais –, que foi alterada pela Lei nº 144, Federal, em 2013 ou 2014, que trata da aposentadoria feminina das nossas policiais. Não somos regidos por leis distritais, tanto a nossa previdência quanto o nosso regime jurídico – ao contrário da grande maioria dos colegas servidores do Distrito Federal – não é a Lei Complementar nº 840. O nosso regime jurídico é a Lei Complementar nº 4.878, de 1965. Uma lei federal que organiza a Polícia Federal e a Polícia Civil. É o nosso regime jurídico, disciplinar, na verdade; não é a organização. Portanto, nossas leis são federais. Nós somos mantidos por recursos federais do Fundo Constitucional, que foi criado, em 2002, para manter a folha salarial dos policiais ativos e inativos aqui do Distrito Federal – da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

A nossa preocupação é que o Distrito Federal, de forma equivocada, irregular, queira por meio de decreto, de leis aqui do Distrito Federal, reger, regulamentar a aposentadoria dos nossos policiais civis, o que seria ilegal. Portanto, essa é a preocupação que viemos trazer aqui. Complementando o que já foi dito aqui pelo Rafael, do SINDEPO – Sindicato dos Delegados de Polícia Civil, queremos deixar bem claro que nós não somos regidos por leis daqui, sem demérito nenhum para esta Casa, de forma nenhuma, mas somos regidos por leis federais. É importante deixar isso bem claro nessa reforma. Caso ela venha a passar, que isso seja colocado lá. O Deputado Wellington Luiz já falou ontem que há emendas nesse sentido. Então, é esse o apelo que viemos fazer aqui; é esse o consenso, o entendimento que nós viemos fazer aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	46

Parabéns pela iniciativa da CLDF por trazer esse debate aqui. Um grande papel que esta Casa tem feito em abrir essa discussão e não fazer a coisa de forma atropelada. Parabéns e boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Gaúcho.

Mais vez, Gaúcho, registro o que foi dito por você. Ontem, já tínhamos colocado essa situação. Nós já fizemos as emendas, que já foram assinadas por nós, Deputados, e há o consenso entre nós, Parlamentares. Havendo a possibilidade de esse projeto prosperar, essas emendas certamente serão aprovadas, até por uma questão de legalidade, de constitucionalidade. Então, não vemos qualquer risco de essa nossa situação ser afetada; nós, policiais civis. Essa emenda já foi, inclusive, discutida no Colégio de Líderes, e não há resistência de nenhum dos Parlamentares, só para que fique bem claro, mais uma vez.

Muito obrigado.

Queremos agora convidar o João Jorge Cavalcante. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode deixar.

Eu queria convidar a Sra. Vilmaria Pereira do Carmo, Diretora do SINPRO – Sindicato dos Professores do Distrito Federal, para fazer uso da palavra.

SRA. VILMARA PEREIRA DO CARMO – Boa noite a todas e a todos. Já fui bastante contemplada na fala de muitas e muitos aqui. Eu tenho algumas questões, por isso pedi para me inscrever, para que o Willemann as esclarecesse.

Uma delas é sobre a rentabilidade que está proposta no substitutivo. O Allan, que me antecedeu, já colocou mais pulga atrás da orelha com relação a isso. Pela própria fala do Willemann, a projeção para o crescimento do fundo previdenciário para o ano de 2018 é de 250 milhões a 300 milhões, quer dizer que o fundo vai crescer muito menos – até mesmo por conta dessa situação toda de crise econômica que a gente vive. No entanto, o projeto substitutivo permite que o governo faça um desconto de até 90 milhões mensais.

Não há uma proposta intermediária? Eu não estou falando aqui por defender esse projeto, mas, com a possibilidade de ele ser aprovado – que é uma possibilidade real, por isso nós estamos aqui –, que, pelo menos, se modifique esse texto, que se trabalhe numa progressão no sentido de que, se o fundo está rendendo menos, então, seja subtraído menos também, que haja uma lógica nisso aí.

Com relação à privatização, não sei se o camarada da CEB – Companhia Energética de Brasília está aí, mas não está claro no texto que a privatização ficou fora dessa possibilidade. O que está no texto não diz isso, diz que fica vedado incluir isso no projeto de lei complementar – e não no processo de privatização – para entrar com os ativos para dar suporte aos fundos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	47

Com relação às incorporações de terrenos e ações do BRB – Banco de Brasília, isso, para mim, é muito grave, talvez seja a coisa mais grave que existe nesse projeto além do saque financeiro do Iprev porque existe um regramento para incorporar esses terrenos. Esse regramento estabelece duas empresas para fazer a avaliação desses imóveis, e o substitutivo está suprimindo isso? Quer dizer que o governo pode colocar qualquer buraco, o cemitério de Brasília, para vir para o fundo da gente? É assim? É livre assim? Está se abrindo uma perspectiva para que os próximos ativos imobiliários entrem dessa forma também, sem avaliação? Eu queria um esclarecimento nesse sentido.

Tenho outra questão: essa história dos 40 milhões. Não ficou claro por que 20 milhões são dos terceirizados. O Rollemberg falou – e eu não sei se ele reiterou isso na conversa de manhã com os sindicalistas – que os 20 milhões pertencem aos terceirizados, não pertencem ao Iprev, por isso não se podem contabilizar esses 40 milhões, na integralidade, que vêm do Governo Federal; só 20 milhões.

Politicamente falando, se esse governo fosse sério, a gente já estaria discutindo a questão previdenciária do servidor público, da servidora pública, há muito mais tempo e não de uma forma imediatista, açodada, como a gente tem feito aqui nesta Casa. Infelizmente, não vejo seriedade nessa proposta. Deputado, eu não sei qual é a sua posição. Eu conheço a posição dos outros três que estão aí.

É preciso discutir com seriedade, porque esse projeto aqui – seja ele, seja o substitutivo – é só para resolver até o final do mandato do Rollemberg, não é para resolver o problema da previdência pública do Distrito Federal. Se fosse para resolver o problema da previdência pública, muitas e muitos de nós concordaríamos com o projeto; mas não é. Para resolver o problema, é preciso tempo, é preciso dedicação, é preciso estudo.

Vários que me antecederam aqui colocaram questionamentos importantes. Esse superávit é real ou ele é fictício? O superávit é óbvio, porque quase ninguém se aposentou, ou se aposentou por invalidez, ou recebeu pensão por morte. Então, é óbvio que o fundo vai ser superavitário. Que superavitário é esse? São questões em que a gente tem que pensar.

As propostas que o Deputado Wasny trouxe de a gente ter um estudo com o TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal – ou, de repente, com o TCU – Tribunal de Contas da União – são elementos que juntam força para a gente enquanto instrumento.

A gente não vê aqui – e isso para a Secretaria de Educação e para nós do Sindicato dos Professores é muito comum o servidor. Eu tenho certeza de que foram convidados. Você tem Parlamentares que são da base do governo e que representam o governo, mas o governo vindo aqui, com sua equipe técnica para nos ouvir e para colocar e responder esses questionamentos e essas proposições, a gente não vê. A gente vê uma ausência. Isso só corrobora a falta de responsabilidade que esse

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	48

governo tem demonstrado com as nossas categorias de servidores públicos do Distrito Federal.

É isso o que eu queria colocar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Vilmara.

Pego para ao nosso consultor José Willemann para fazer algumas considerações.

SR. JOSÉ WILLEMANN – Sim, Sr. Vice-Presidente.

Eu perdi um ponto, Vilmara. Vou falar de quatro aqui, mas tem mais um que você colocou. Eu vou começar pelo último.

O superávit é fictício? Não. Eu discordo veementemente. Nós confiamos em quem faz os cálculos e, se nós não confiarmos nos cálculos, vamos pedir um contracálculo, alguma coisa do gênero, para saber como isso é feito. Eu sou professor de Português, não sou professor de Matemática, mas me aventurei a estudar um pouquinho a previdência lá atrás para tentar entender como isso funciona. Então, o que o cálculo atuarial faz? Ele não pega a situação atual: "Ah bom, se tem poucas vidas aposentadas, tem muitas vidas ativas, e, a partir disso gera-se superávit." Não. O que ele faz? Ele projeta essa questão toda com base nas tábuas de sobrevivência das pessoas, de acordo com critérios de idade, que são dados estatísticos do IBGE – e ninguém põe em questionamento a lisura, a seriedade do IBGE –, pegam-se esses dados, pega-se o conjunto de contribuições atuais e futuras, projeta-se isso e se traz para valores presentes: qual o custo ao longo de uma vida de aposentados, de pensionistas, com todos os riscos de invalidez e doenças, calcula-se tudo isso e se traz para valores presentes. E, com base nas projeções feitas a partir dessas atualizações das receitas e das despesas é que ele pode dizer com segurança se é superavitário ou não. Não é com base nos dados momentâneos, numa fotografia do momento. É com base num filme.

Essa questão dos cálculos atuariais é muito antiga. Começou lá na Inglaterra, na Irlanda, com um monge preocupado com as pessoas, com a família cujo pai morria e ficava desassistida. Ele começou a estudar a vida das pessoas para tentar entender qual era a longevidade de cada uma, qual era o período de trabalho e, a partir disso, começou a criar tábuas de sobrevivência de dados há mais de duzentos anos. Então, tem toda uma história, todo um conhecimento científico por trás disso. Não é superficial. Se há erros no cálculo atuarial, ok, vamos pedir um outro técnico em atuária que faça isso.

Você disse que talvez seria boa a sugestão do Deputado Wasny de Roure. O Deputado Wasny de Roure é meu companheiro. Sou o maior fã do Deputado Wasny de Roure. Trabalhei violentamente, violentamente é forte demais, mas trabalhei muito em 2012 para que ele fosse o nosso presidente. Tenho o maior orgulho de ter sido o principal cabo eleitoral dele em 2012 para que ele viesse a ser o nosso

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	49

presidente. Estão aqui o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Joe Valle que sabem o tanto que eu trabalhei nisso, mas eu discordo veementemente.

Primeiro, o TCU não tem a menor ingerência sobre nós. Se nós formos lá pedir benção para o TCU, por favor, vamos, então, dizer: "Olha, vamos voltar à época da ditadura. O Presidente da República nomeia um governador e somos subordinados à União." Não cabe TCU aqui. O TCU se imiscuiu num assunto que não é dele, como aliás ele sempre faz. Em assunto, diga-se de passagem, que ele não conhece. O próprio Ministério da Previdência Social, numa reunião da qual eu participei junto com o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Joe Valle, a convite do Deputado Joe Valle, disse que o TCU errou nesses cálculos. O TCDF, ótimo, mas vamos colocar os técnicos do TCDF numa reunião aberta para eles se exporem, porque é muito fácil eu sentar entre quatro paredes e dizer que isso aqui está certo, está errado, e ninguém questiona. "Não, mas eu sou técnico." Ok, eu estou aqui me expondo. Escrevi o texto, conforme me foi pedido, fiz alguns cálculos. Dizer assim: você defende? Não, não defendo, porque nós não temos solução, nenhum de nós aqui apresentou a solução e não vai apresentar.

Então, essa questão do superávit, até que alguém apresente um outro cálculo atuarial, tomando as mesmas bases usadas – eu acho que é o Adilson que faz isso –, eu vou considerar como válida. Enquanto a Câmara aceitar esses cálculos, aprovando as LDOs, nós temos de aceitar como válidos. E não é o Tribunal de Contas que vai chegar aqui e dizer que está errado. Não está errado, porque não prova isso. E os dados desses cálculos de 2010 projetados para 2016, bateram! Então, está errado agora, e lá em 2010 estava certo, e a foi mesma pessoa que fez? Então, não tenho essa compreensão. Perdoe-me porque estou me alongando aqui.

A questão da privatização. Esse texto, de fato, não proíbe a privatização. Mas, nós não podemos na lei proibir o governo de privatizar. Porque uma lei não pode proibir o legislador de fazer a lei seguinte. A não ser que se coloque na Lei Orgânica que é proibido privatizar no DF, aí nós temos uma estabilidade melhor, maior. Mas, ainda assim, não é eterno, porque pode vir alterar a Lei Orgânica.

O que se está colocando aqui – e aí vai um aspecto que é técnico, politicamente podem não concordar, mas tecnicamente é assim – é que nesse estudo que está aqui não se aceita privatização. É só isso. Então, é uma questão de técnica legislativa e de construção jurídica, que é assim o nosso ordenamento jurídico.

SR. VILMARA PEREIRA DO CARMO – Nesse fundo não se aceita privatização. É isso?

SR. JOSÉ WILLEMANN – Para esse fundo não se pode privatizar. Mas, se o governo resolver mandar um projeto para a Câmara, pedindo autorização para privatizar uma empresa, aí cabe à Câmara estudar, debater e etc.

Mas, existe um requisito na Lei Orgânica, que inclusive foi para uma emenda coincidentemente escrita por mim – não sei se coincidentemente, mas foi escrita por

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	50

mim –, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, em que coloca como condição para aprovar, a maioria qualificada. Ou seja: é necessário para aprovar a privatização dois terços dos Deputados Distritais, o que dificulta muito a questão.

A questão dos terceirizados. A questão da previdência tem que ser compreendida em todas as suas ramificações. Os terceirizados são vinculados ao INSS, e as empresas terceirizadas são quem recolhem a contribuição dos terceirizados e a parte patronal, e pagam o INSS.

Entretanto, como a Justiça do Trabalho... Inclusive, há uma súmula que diz que, se a empresa terceirizada não fizer o recolhimento, a obrigação é de quem contratou a empresa – a obrigação solidária. O que os governos têm feito: eles retêm essa parte da obrigação da empresa, assumem para si essa obrigação e passam a recolher.

Então, o Distrito Federal no lugar de pagar 100% do salário, paga 100% menos a contribuição do servidor, menos a contribuição patronal e ele faz o recolhimento ao INSS. O que o governo está na dúvida é se ele pode fazer essa apropriação também. Tem uma dúvida jurídica aí. Então, vai se resolver juridicamente. Se se resolver juridicamente, no lugar de receber 20 milhões de compensação previdenciária, poderá receber 40 milhões.

E aqui, Sr. Presidente, quero fazer um outro esclarecimento porque surgem muitas questões que são, às vezes, mal colocadas: a compensação previdenciária não tem nenhuma relação – conforme foi dito aqui no início – com servidores requisitados ou cedidos do DF ou da União para cá. A compensação previdenciária tem a seguinte característica, eu vou dar um exemplo concreto. O João trabalhou na iniciativa privada dos 14 anos até completar 35 anos. Nessa situação, pagou o Regime Geral de Previdência Social, atualmente o INSS. Aos 35 anos de idade, entrou no serviço público, e aí ficou até se aposentar. Então, tem uma parte da contribuição dele que foi para o INSS, a outra parte veio para o regime próprio. Então, faz-se um cálculo – há regras para isso, há uma lei aprovada em 2001, se não me falha a memória, da compensação previdenciária –, e chega-se a qual valor cabe ao INSS pagar dessa aposentadoria e qual cabe ao Distrito Federal. Então, é em relação à vida do servidor, à vida laboral do servidor.

Eu não me lembro o que você questionou dos 90 milhões.

SR. VILMARA PEREIRA DO CARMO – É para fazer uma cobrança progressiva?

SR. JOSÉ WILLEMANN – Ah, sim. A ideia de ter até os 90 milhões, é que a gente não sabe exatamente é quanto vai ser essa da compensação previdenciária – pode ser mais, pode ser menos –, mas é com relação ao que o Governo disse que precisa. Quanto é que o Governo precisa? Ele disse que precisa de 170 milhões. Eu não tive como chegar a esses 170 milhões do governo, porque os cálculos, os dados que temos são contraditórios, e eu insisto sempre: nós sempre estamos olhando para algumas fotografias e às vezes tirando conclusões dessas fotografias sem vermos os filmes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	51

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade e já projetar outro dado aqui. Deputado Wasny de Roure, acho que esse dado é importante.

V.Exa. disse, com base no relatório publicado em julho, relativo ao primeiro semestre de 2016, que nós teríamos um déficit de 66 milhões por mês. É verdade, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária diz isso. Nós tivemos um bilhão de receitas previdências e um bilhão e meio de despesas previdenciárias, o que resultou num déficit bem menor. Eu não tive como checar esse dado, mas peguei o dado do ano anterior, completo. No dado anterior do ano de 2016, o déficit foi de 3 bilhões, o que dá uma média mensal, dividindo isso por 12 meses, numa conta simples, de 257 milhões. Então, o que eu presumo que seja isso? Em 2016, a parte do Fundo Constitucional relativa à educação e saúde estava contabilizada no Orçamento do Distrito Federal, no SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental, e agora não está mais. Mas é uma conta da previdência social do Distrito Federal.

Então, temos que fazer essa análise completa, não sei quais os dados. E o dado que está no cálculo atuarial, eu tenho uma cópia dele aqui, informa que, mensalmente, o déficit do governo, depois de... Medeiros, acho que isso é importante para você. O governo arrecada a contribuição do servidor, paga mais 22% sobre a arrecadação dos servidores ativos e, com tudo isso, ele arrecada 176 milhões de reais. Esses 176 milhões de reais estão sendo usados para pagar quem já está aposentado e ainda assim é insuficiente. O governo – isso não está projetado ali, infelizmente não fiz esse dever de casa – paga 452 milhões de reais por mês, o que faz com que ele necessite desembolsar na conta previdenciária, considerando o Fundo Constitucional e o Tesouro, 275 milhões.

Então, esses números todos são muito variados, mas existe todo um raciocínio. Quem segue a despesa previdenciária e acompanha o dia a dia, eu não faço isso sistematicamente, mas procuro fazer pelo menos três a cinco vezes por ano, sabe que o déficit, de fato, é grande, e não é um déficit provocado por este ou por aquele governo, é da história, da história que está aí.

Não sei se esclareci, mas é isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Willemann.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me sinto no dever de dizer como esse processo da retirada do recurso do Iprev nasceu.

O Deputado Chico Vigilante dizia que o Governo do Distrito Federal tinha recursos para fazer frente. Isso foi no início do governo. Ele reafirmava que o Distrito Federal não tinha déficit, que havia recursos, que havia condições de fazer esse enfrentamento, foram exibidos vídeos e outras coisas. O Governo do Distrito Federal nos convidou para uma reunião com a bancada, acompanhada do Willemann, tendo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	52

em vista uma série de sugestões que a bancada havia apresentado como alternativas de receita para o Governo do Distrito Federal.

Uma das propostas levantadas era de que havia superávit na previdência dos servidores e de que esse superávit possibilitaria a diminuição da taxa da previdência. Essa talvez tenha sido a reunião a que mais lamentei ter ido, acreditando numa coisa que acabou se tornando um grande ponto de inflexão nesse debate entre nós, colegas da bancada.

Alguns colegas, o Willemann é um deles, vinham sustentando que havia um superávit, mas houve um procedimento que o Governador depois adotou que era não apenas reduzir a alíquota de contribuição do Estado – ele o fez e esta Casa aprovou –, mas também fazer uma retirada inicialmente de 1 bilhão e 200 milhões de reais e depois, num segundo ano, com aquela questão da retirada dos 500 milhões, ir colocando os imóveis disponíveis – que é um outro debate, em que eu nem me sinto em condições de entrar aqui, mas que caberia fazer –, mas foi o dado menos pior.

Bom, qual foi a nossa divergência? A nossa divergência nasce aqui. Enquanto era a redução de alíquota, que era a nossa proposta, não havia discordância. Dali serviu para que ele apresentasse a proposta do remanejamento dos recursos. Isso ocorre, mas qual foi o outro grande problema em toda essa história que aconteceu? Ele, na sua entrevista recente, fala sobre isso. Foi não levar em conta a legislação federal, muito menos as observações contidas nas Portarias nºs 403 e 402 do Ministério da Previdência, que falam exatamente qual deve ser o procedimento das autoridades diante dos recursos provisionados. Uma das questões basilares é a apresentação do estudo atuarial que subsidia quaisquer decisões antes que sejam tomadas.

A partir daí veio todo esse processo, e agora culmina com um projeto de retirada global de todo o recurso. Tanto é verdade que nem esse substitutivo o governo está aceitando. Nem esse substitutivo o governo está aceitando. Está no *Correio Braziliense* de hoje. Está lá.

Então aqui há, de fato, uma divergência muito grande. Tanto é verdade, que o Distrito Federal, pela primeira vez, perdeu o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Que foi que ele fez? Ele foi ao Supremo, onde normalmente se dá a todos – porque o Estado, para respirar, precisa do CRP –, na forma de uma liminar. E ele disse que essas portarias estão tendo questionadas a sua constitucionalidade, que não é e que ele já toma como verdade.

Então o mesmo que disse, lá para nós, que esses dados do Tribunal de Contas não são confiáveis, que têm que ser analisados os anos futuros, é o mesmo que não quis aprovar a proposta do governo. Ele falou: “Não vou me envolver em questões políticas”. Mas não referendou, como não referendou nenhuma das propostas que nós aqui aprovamos. Tanto é verdade que foi a questão do uso dos títulos do BRB que levou a Previdência a emitir um longo parecer que nos levou a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	53

perder o Certificado de Regularidade Previdenciária. Não precisa dizer mais nada, não é? Consegue por uma liminar que é dada a todos que recorrem, para o Estado não deixar de respirar, por outros compromissos que ele tem, que precisam ser levados em conta, porque ele não tem apenas servidor para cuidar, tem a sociedade, tem as escolas para funcionar, tem isso e aquilo outro.

Então, a questão foi uma sucessão de equívocos de que nós nos alimentamos, e levou ao que levou. Levou ao que levou. E vai piorar, se esse projeto for aprovado. Para mim, nesse ponto, não faz diferença, porque você retira os 3 bilhões e 700 – não vou nem dizer aí o ativo imobiliário. Ou neste, em 16 meses, você retira 2 bilhões e 400. Foi correto o que o Willemann disse: a retirada será dramática. A retirada será dramática! É isso que precisa ser colocado.

Qual o caminho que nós vamos seguir? Ou preserva isso ou nós, por uma razão que o governo tem, de déficit, isso e aquilo outro... Então não se cria nem a previdência complementar. O que eu tenho dito é o seguinte: não haverá autoridade moral de um governo querer criar uma previdência pública capitalizada no segundo momento, que ele está embutindo no mesmo projeto. A lógica é essa.

Por que eles não querem o parecer do Ministério da Previdência conforme a 403? Eu vou ser muito sincero aqui com os colegas. No primeiro projeto, até ligação de Ministro eu tive!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Só lembrando, Vilmar, que o pessoal da CEB já se manifestou com relação àquele questionamento que você fez. Há lógica, de fato, e eles apresentaram inclusive uma proposta, em razão da lacuna que foi criada dentro daquele substitutivo. Então você tinha razão na sua argumentação.

Aproveito e cumprimento meu amigo Peninha. Concedo a palavra ao meu amigo Sr. Leonardo Pierre Firme, Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Distrito Federal – SINARQ/DF.

SR. LEONARDO PIERRE FIRME – Boa noite a todos. Obrigado, Deputado Wellington Luiz, em seu nome cumprimento toda a Mesa. Em nome do Ibrahim, nosso colega, também cumprimento todos os presentes.

Devido ao horário eu não vou me alongar, até porque eu não tenho condição técnica de discutir esse tema tão complexo. Como arquiteto, se for obra ou projeto, eu até consigo discutir, mas aqui eu não tenho condição.

Eu vou fazer agora um parecer emocional de um presidente de sindicato que está aqui representando mais de mil servidores que não conseguem imaginar uma resposta do governo que condiga com o que a gente espera. A verdade é que, pela terceira vez consecutiva, o governo está enfiando a mão na nossa aposentadoria sem dar nenhum retorno, sem dizer a solução real do primeiro projeto. A gente não teve ainda a questão dos terrenos decidida. Depois dos terrenos, ainda vieram as ações do BRB. Já está numa terceira vez que vão mexer no dinheiro da nossa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	54

aposentadoria se nem a primeira resolveram? Qual é o crédito que um governo desse tem? Desculpem-me, mas a gente não pode confiar. A gente pede audiência, a gente pede para conversar. Hoje de manhã foi aquela palhaçada. Quem foi hoje de manhã lá viu. Foi uma palestra. A gente pedia para falar e não tinha condição. Ninguém respondia. "Depois falam, depois falam" e a reunião acabou. Então que diálogo é esse? Que oportunidade é essa?

Então eu acho que chegou a hora de a gente fincar o pé e decidir o que a gente quer, porque empurrado com a barriga a gente está sendo. Disso não há a menor dúvida. Eu acho que não tem mais condição. Na primeira vez ele usou o nosso reajuste aprovado em lei, aprovado nesta Casa. Tirando o digníssimo Deputado aqui, vocês todos o aprovaram inclusive. Falou que, para pagar no mês de março, tinha que aumentar todos os impostos, inclusive acima da inflação, que era um compromisso dele de campanha (*sic*), para vocês verem que nenhum compromisso o atual Governador segue. Ele aumentou todos os impostos, todas as taxas, não aumentou o nosso salário, nos deu o calote e agora tirou até a previsão orçamentária que a gente tinha. Não tem mais. Não vai pagar a gente. A discussão já não é mais o nosso reajuste, que era para ter sido pago em 2015. Já estamos discutindo agora o parcelamento de salário. A gente está indo para um buraco sem fundo, e ninguém está fazendo nada por isso. A gente está discutindo aqui, mas nem os Deputados que são favoráveis estão presentes. Cadê eles? Onde eles estão? Cadê a pessoa do governo que vai estar aqui para levar porrada, discutir e apresentar os dados corretos? Não está aqui.

Então, eu vou fazer aqui um pedido realmente emocional para que vocês, por favor, em nome dos servidores – eu acho que falo em nome de muitos que gostariam de estar aqui falando ao mesmo tempo –, se for realmente necessário mexer na previdência, mexam, como disse perfeitamente o Dr. Deputado Wasny de Roure, sempre com contribuições muito importantes e embasadas, mas vamos, então, procurar o TCU, vamos procurar o diabo que o parta, para sair daqui pelo menos com uma certeza: de que algum dado a gente vai resolver. Só que a gente tem que confiar em alguém. Infelizmente nesse governo a gente não confia. Eu não gostaria honestamente de falar que eu elegi, que eu ajudei a eleger um governo em que eu não confio. É uma pena, é um pesar, mas é uma realidade.

Então, já que a gente não pode confiar nos dados desse governo, vamos recorrer a quem for necessário e dar o tempo que merecem. Para botar a mão no nosso dinheiro, é tudo com pressa; mas, para resolver o problema do nosso terreno... Nesse mês de discussão aqui, já poderiam ter reavaliado os terrenos todos, não poderiam? Se quisessem, já teriam resolvido. A gente está falando do primeiro; e o segundo, o das ações do BRB?

Então vamos colocar ordem na casa. Se é um assunto importante, vamos tratar com a seriedade que merecem, com o tempo e com a discussão merecidos. Eu acho que a gente não pode passar acima das instâncias. O governo não pode falar com o empresário e deixar de falar com o servidor.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	55

Foi bem falado aqui que o empresário nunca contribuiu com absolutamente nada para o nosso fundo previdenciário. Então, não tem que se discutir com eles. A pressão que eles fazem é em cima de vocês.

Eu venho aqui falar em nome dos servidores. Por favor, ponham a mão na consciência. Vocês têm poder de decisão. Pensem nos servidores, pensem no nosso futuro. A gente está nas mãos de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Pode ter certeza absoluta, é o nosso principal foco. Faremos tudo para que a justiça prevaleça.

Passo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Boa noite a todos. Quero parabenizar o Deputado Wellington Luiz por ter proposto essa reunião. Quero parabenizar o Deputado Joe Valle, nosso Presidente. Se não fosse por ele, se fosse outro presidente que estivesse a esta Mesa, com certeza teria atropelado, no tempo do governo. Então, quero parabenizar V.Exa. por dar espaço aos servidores, por dar espaço a todo mundo que queira dar sua contribuição. Quero parabenizar também o nosso professor, o Deputado Wasny de Roure.

Eu fiz questão de participar de alguns debates. Naqueles em que eu não estava presente, designei alguns assessores para participarem de todos eles. Eu, diferentemente de alguns Deputados, não sou especialista em previdência. Então, a gente tem que estudar, mesmo sendo leigo, para fazer um voto que seja responsável. Eu acho que essa é a palavra que nós temos que ser no dia da votação. Se, na terça-feira, a gente chegar a um consenso, vota-se na terça-feira; se não, Deputado Joe Valle, será na outra terça-feira, e na outra terça-feira. A gente não tem que ter pressa.

Como disse muito bem a Rosilene, o governo já colocou a sua posição de parcelar salários. Às vezes, é melhor realmente parcelar salário do que quebrar um fundo que hoje é superavitário. Eu tenho certeza, até esta terça-feira ou até a outra terça-feira, chegaremos a um consenso em um projeto que seja bom e responsável para toda a cidade.

Eu fiz questão de estar aqui e faço uma lamentação muito grande pelo desrespeito que o governo tem com esta Casa, Sr. Presidente. É lamentável que, num projeto tão importante para o governo, para a sociedade, para os servidores, não esteja nenhum representante do governo sentado à Mesa. Às vezes, a gente pode estar aqui discutindo, colocando sugestões. Eu mesmo coloquei algumas emendas ao projeto do governo, dei a minha contribuição também. Se houver mais alguma coisa que possamos fazer, vamos fazer. Mas é um desrespeito muito grande. Não adianta nada a gente fazer a nossa parte aqui, o governo querer atropelar do outro lado e não considerar um projeto que, às vezes, quem conhece são vocês, não são eles que estão lá, muitas vezes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	56

Fica aqui o meu pesar pela ausência do governo, mas já é de costume, Sr. Presidente. Contem comigo aqui. Se eu puder contribuir em alguma coisa, estou à disposição. Obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente. Quero lembrar que houve um equívoco. Algumas pessoas não foram chamadas porque, a bem da verdade, colocaram o nome no registro de presença, e não no uso da palavra. De qualquer forma, a gente corrige.

André e outros companheiros, querendo, não há problema. Eu já inscrevi o André. Quanto aos demais, é só colocar o nome. Elza, claro, você também. Só estou detectando, Elza, onde está, para colocar, e também o companheiro Adriano.

Quero lembrar que coloquei um artigo neste projeto do governo, uma emenda: que todos os artigos anteriores fossem revogados. Todos, sem exceção. É a única contribuição que eu acho que vale. Obrigado.

Convido agora meu amigo Ibrahim Youssef, Presidente do SINDIRETA – Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, para fazer uso da palavra.

SR. IBRAHIM YOUSSEF – Primeiramente, eu quero dar boa noite à Mesa, ao nosso Presidente, ao Deputado Wasny de Roure, ao Deputado Wellington Luiz e ao Deputado Rafael Prudente. Quero dizer a vocês que, a título de informação - preocupou-me muito hoje, na reunião do governo com as entidades sindicais -, o Governo do Distrito Federal, mais uma vez, erra. Ali era o momento único. O governo teve a oportunidade de estar ali com as entidades representativas. A maneira que ele fez aqui, na condução dos trabalhos, no encaminhamento da mensagem a esta Casa, foi muito ruim. Assustou-me muito mais ainda a maneira como foi votado nas Comissões, a rapidez que deram para a votação desse projeto. Vejam vocês que esse tempo foi muito bom porque os Deputados entenderam realmente o que estava dentro do projeto.

Queremos contar com esta Casa, como os trabalhadores do Distrito Federal sempre contaram. É engraçado que, numa das propostas do encaminhamento dessa reunião com o governo, houve a proposta de retirar esse projeto para que a gente, junto com a Câmara Legislativa, os trabalhadores e o governo, tivéssemos mais um prazo, até para ele escutar as outras partes, porque nós temos algumas sugestões para manter o fundo previdenciário, que é um fundo que deu certo.

Essa ruptura das gerações teve só o objetivo de obrigar o ente político a realmente honrar seus compromissos. De maneira alguma esses servidores deveriam ser penalizados. A demonstração que está escrita nesse projeto é exatamente a de acabar com a aposentadoria dos servidores. O agravante é que coloca um tempo muito curto para entrar na crise.

Quero dizer a vocês que nós, como trabalhadores, lutamos muito pela autonomia do Distrito Federal. A capital sempre foi bancada pelo Governo Federal,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	57

nós fomos à luta buscar essa autonomia. Eu acho muito ruim a maneira como o Governo do Distrito Federal está governando a Capital do País, sem nenhuma gestão, colocando em risco, inclusive, a autonomia do próprio Distrito Federal. Poderá, sim, vir um interventor a essa cidade, nós vivemos essa época dentro do Governo do Distrito Federal.

Então, Deputados, eu queria contar com vocês. Nós sempre tivemos o debate nesta Casa. Esta Casa sempre esteve aberta para a discussão com os servidores públicos. O governo, na mensagem dele do Palácio do Buriti, para nós servidores foi muito ruim. Inclusive, já anunciando que na terça-feira o projeto será votado nesta Casa, mesmo a gente dizendo que é preciso discutir, que é importante ter um substitutivo desse projeto que avance. Se hoje nós estamos nessa situação, é por conta da própria máquina, do próprio Governo do Distrito Federal.

Dentro desse projeto, a gente se preocupa quando o governo tira nossa autonomia de legislar sobre a previdência. A gente do sindicato trouxe, inclusive, como exemplo, que o Governo do Distrito Federal quis legislar, em dado momento, mais do que os servidores federais. Na ação trabalhista defendida pelo nosso sindicato, o próprio tribunal dizia que o GDF tem, sim, autonomia legislativa e poderá legislar sobre a previdência. Naquela época o Governo do Distrito Federal já legislava com 11% a seguridade dos servidores, e os servidores da área federal estavam com 6%. Foi um embate judicial nosso, do sindicato. Lá nas entrelinhas desse projeto estava realmente essa declaração. O governo vem aqui exatamente tirar isso, colocando para o Governo Federal. Eu acho que nós temos que discutir as questões nossas do Distrito Federal.

Também ficou muito obscuro esse saque que o governo está querendo fazer sair de lá, ele não dá garantia de nada. Então, para a gente é muito ruim convencer os colegas. Para abreviar, devido ao adiantado da hora, a secretária, sem a nossa participação, convocou os servidores ao Palácio do Buriti para fazer a lavagem cerebral lá. Inclusive, estão aqui as mensagens dos servidores na hora. Além de não chamar a representação de base, todos os servidores foram unânimes. Não convenceu nenhum que estava lá sobre a reforma previdenciária, mesmo colocando todo esse drama, esse terrorismo contra os servidores.

Então, Srs. Deputados, o que nos resta realmente, para finalizar, é que eu gostaria de saber do Presidente da Casa como será a tramitação do projeto. Na terça-feira, realmente será votado goela abaixo? Vão votar esse projeto de qualquer jeito? Realmente a gente vai ter a oportunidade, não digo nem de melhorar, porque não tem como se dizer isso, mas de pelo menos ser ouvido? A gente quer contar com essa Casa. Assim como a posição de vocês hoje foi a de que é preciso mais tempo para essa discussão, até porque, da maneira que o GDF quer, não dá nenhuma segurança nem para os servidores nem para esta Casa colocar em votação.

A gente queria contar com o apoio de vocês. Essas são as minhas palavras. Agradeço aqui ao Deputado Wasny de Roure por ter coragem de buscar resguardar os nossos direitos; ao Deputado Joe Valle, pois sabemos como é a posição de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	58

Presidente, a pressão que há em cima dele; ao Deputado Wellington Luiz também, ao Deputado Rafael Prudente, a todos vocês aí. A gente espera contar com vocês.

Quero aqui também criticar a segurança na hora da entrada dos nossos servidores públicos aqui. Qual é o critério que utilizaram para a nossa participação no plenário da Câmara Legislativa? Foi muito ruim deparar com as pessoas que o governo está colocando nesta Casa aqui. Inclusive a gente já tem testemunho de que são terceirizados, não são parte interessada na matéria. A gente quer, da nossa organização, a nossa participação dentro desta Casa.

Muito obrigado. Boa noite, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Muito rapidamente, com relação à questão da segurança, desculpem-me, mas a crítica não serve a eles. Por quê? Porque eles não têm como impedir o acesso das pessoas. Acho que errado é o governo fazer isso. Isso é inescrupuloso. Os seguranças cumprem ordens. Se alguém tem que responder somos nós Deputados, inclusive eu, que sou Vice-Presidente da Casa e a quem os seguranças estão subordinados.

Contudo, nós não temos como impedir que o governo pague a essas pessoas – volto a dizer que é uma ação inescrupulosa – e elas venham aqui. O que nós temos que fazer? Organizarmo-nos de forma estratégica e chegarmos primeiro. Isso é que tem que ser feito. Agora, a segurança...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Por isso, houve a divisão. O que aconteceu ontem, Ibraim? Ontem vocês se organizaram, vieram e tomaram conta, chegaram primeiro. Agora, não temos como impedir que outras pessoas entrem.

Com relação à votação, nós temos uma posição: somos contrários à votação na terça-feira. Mas volto a dizer que não depende só do Presidente Joe Valle, não depende só de mim, depende dos Líderes. Então, o que vocês que são ligados aos Deputados têm que fazer? Vocês têm de pedir ao Deputado a que são ligados, ao Líder: "Líder, nós não queremos que vote." Vocês têm que pedir ao Deputado; têm que vir na segunda-feira, antes das 15h, e dizer ao Deputado que não é do interesse dos servidores públicos se votar na terça-feira. Eu já disse aqui que é a pressão da base que motiva o humor do Deputado, que influencia o humor do Deputado. Isso é natural, é da política. Vocês têm um papel fundamental nessa decisão. Ok?

Já estamos quase encerrando, até porque começará uma sessão daqui a pouco. Eu queria aqui dar as boas-vindas aos nossos policiais militares.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Negreiros, desculpe-me, mas é porque... Teremos uma sessão às 19h, e já estourou o horário, estou com problema de horário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	59

Queria convidar agora o Jeizon Allen Silverio Lopes, Presidente do Sindical, nosso sindicato, para fazer uso da palavra.

SR. JEIZON ALLEN SILVERIO LOPES – Boa noite a todos. Vou ser bastante breve. Nas poucas vezes em que costumo falar, tento não falar muito.

É um assunto extremamente espinhoso, um assunto muito complexo. Além de representar os trabalhadores e trabalhadoras do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas, vou falar especificamente sobre a questão do Tribunal de Contas, de acordo até com a fala do colega Willemann, nosso servidor que é praticamente um oráculo aqui. A gente respeita e admira muito o trabalho dele. Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Willemann pela disposição não apenas de criticar, mas de propor medidas. Isso é importantíssimo. A gente tem que ser crítico, mas tem que ter um papel propositivo também.

De fato, a situação financeira do Distrito Federal não é das melhores. Então, a gente não pode aqui fazer um discurso puro e simplesmente irresponsável de que não existem problemas. Existem problemas, sim, e esses problemas são problemas desde incompetência da atual gestão até problemas de muitas gestões anteriores, não apenas a imediatamente anterior, mas muitas outras. Por isso, existe essa situação toda periclitante que aí se apresenta.

Há uma questão que foi colocada aqui sobre se há ou não superávit atuarial do fundo capitalizado. E essa é uma questão extremamente espinhosa. Confesso que eu tinha dificuldades, estudei um pouco mais a fundo essas questões e tenho uma divergência aqui em relação ao colega Willemann sobre isso. Ele falou que talvez o TCU não tivesse competência para isso. Bem, competência técnica talvez não, no que diga respeito à competência de ser um órgão da União, porque é um ato de controle externo, que ele pode fazer de ofício, de acordo com a Leis Orgânicas tanto do TCU quando do TCDF. Como ato de controle externo, ele pode fazer. Se não pudesse, o TCDF diria, porque um ato de controle externo é uma questão de atribuição de competência. Se não pode ser feito pelo TCU, por que o TCDF falaria o contrário? Não é, Willemann? Então, há essa questão, que é uma questão preliminar e uma questão fundamental; não é uma questão menor, é uma questão fundamental.

Aqui se encerra a seguinte questão: nós confiamos na Secretaria de Fazenda, e, simplesmente porque votamos a Lei Orçamentária, não significa que não tenhamos errado no passado. Dizer que há um déficit atuarial do fundo capitalizado é dizer: no passado, nós erramos ou nós fomos enganados pelo governo quando aprovamos as Leis Complementares nºs 899 e 920, de 2015 e 2016, respectivamente. Nós erramos. Talvez, nós tenhamos errado, sim. E a gente confia na Secretaria de Fazenda, nos dados oficiais do GDF ou acredita em órgãos de controle externos, como o Tribunal de Contas da União e o TCDF, que referendou a avaliação do Tribunal de Contas da União. Então, a gente precisa fazer essa avaliação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	60

O fato objetivo é acreditamos no Governo do Distrito Federal ou nos órgãos de controle externo? Temos total e absoluta insegurança. A gente não pode simplesmente acreditar em argumento de autoridade. Nós temos total e absoluta insegurança se existe, de fato, um superávit atuarial do fundo capitalizado. O que vamos fazer com isso? A gente precisa de tempo, a gente precisa fazer o que o governo deveria ter feito e não fez, que é fazer o devido cálculo atuarial e mostrar todas as ferramentas e todos os deflatores que deveriam ser utilizados e não foram e não foram apresentados. Então, a gente tem que confiar na boa-fé do governo para salvar as contas com o dinheiro da previdência dos servidores. É isso mesmo que a gente quer? Então, essa é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer.

Eu, por exemplo, não sou da área de finanças; nem eu nem o colega Willemann. Eu tenho um colega aqui que é consultor legislativo da área de finanças, não é professor de Português nem professor de Direito, é alguém da área de finanças. Ele diz: "Olha, tem problema. Eu acredito no cálculo do TCU. Eu acho que ele é mais adequado." Então, por argumentos de autoridade, a gente não chega a lugar nenhum, mas a gente chega a uma certeza: existe incerteza.

E, aí, a gente vai simplesmente, mais uma vez, referendar, com bases possivelmente ou talvez incorretas do governo, uma decisão de financeirizar o fundo capitalizado? Essa é uma medida absolutamente imprevidente. Deveria ser rigorosamente o contrário. Deveria se pensar em capitalizar o fundo financeiro, porque os recursos foram malversados no passado. Então, a medida de austeridade, de previdência deveria ser no sentido contrário, não deveria ser de redução da contribuição patronal de 22% para dezesseis 16% ou 16,5%, deveria ser no sentido contrário. Então, é claro que existe um problema grave aí e é claro que não há condições de se discutir isso, de se votar isso na semana que vem.

Então, sendo bastante objetivo, Deputado Wellington Luiz, sobre essa questão, eu tenho uma proposta que eu gostaria de fazer aos Deputados que estão na Mesa, inclusive ao Presidente Joe Valle, que estava conversando com os representantes sindicais, para não apenas fazermos disso aqui um muro de lamentações, porque palavras se perdem, por mais que existam as notas taquigráficas: criemos um comitê intersindical que apresente propostas efetivas, tecnicamente efetivas. Nós temos assessoramento para isso.

Então, a gente tem tempo para discutir, tem grupo de trabalho para apresentar uma proposta. Essa proposta tem que vir naturalmente do Poder Legislativo. Não podem, simplesmente, os sindicatos apresentarem uma folha de papel. Isso tem que ser no bojo do processo legislativo, tem que ter a legitimidade do Poder Legislativo, para que tenhamos tempo para apresentar propostas factíveis e dizer: "Olha, isso aqui é uma zona de incerteza. A gente não tem condições, mas a gente topa isso. A gente quer pensar em reestruturar de fato a previdência do Distrito Federal."

E só uma questão em relação ao Deputado Joe Valle que o Deputado Wellington Luiz muito bem colocou. De fato, é claro que o Poder Legislativo é um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	61

órgão colegiado, mas existe uma questão que eu gostaria de colocar aqui que é muito importante em discussão de democracia, Presidente Joe Valle, que é a seguinte: a prerrogativa regimental dada ao Presidente da Câmara Legislativa no que diz respeito à definição da pauta é uma prerrogativa de exceção, mas ela é uma prerrogativa que serve, que se presta dentro da democracia, inclusive, para defender as minorias, porque, eventualmente, o Poder Executivo, com seu rolo compressor, consegue formar maioria ocasionais e inviabiliza uma discussão mais democrática e mais legítima. O Presidente da Câmara Legislativa, a depender do caso, tem essa prerrogativa regimental, que é uma prerrogativa de fundo constitucional exatamente para defender as minorias parlamentares.

Então, eu gostaria de consultar todos os Parlamentares, não só na reunião do Colégio de Líderes, em que com certeza vamos nos reunir com os Parlamentares que nos receberem – lamentavelmente alguns não estão nos recebendo –, para tentar dilatar o prazo, não apenas para ganhar tempo, não. É para que possamos, além de criticar, apresentar propostas factíveis que realmente tornem a previdência do Distrito Federal algo sustentável no longo prazo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Jeizon. Sua proposta se funde com a minha. Tem que vir de fora para dentro. É claro que tem o processo legislativo, que cabe a nós. Agora, a vontade é de vocês. Nós somos meros administradores da vontade de vocês neste momento.

Antes de passar a palavra para o André, há uma pergunta da Fabiana, que abriu mão do uso da palavra. Ela está perguntando: "Já que o governo tem interesse de usar o dinheiro para quitar as dívidas com o setor produtivo, por que não colocar como condição a utilização desses recursos para quitar dívidas não pagas e que viraram precatórios?"

Podemos estudar isso. Lembrando, Fabiana, que a nossa intenção é discutir exaustivamente e não usar o capital da previdência, o fundo capitalizado. A intenção é não usar. Contudo, se tivermos que usar, nós vamos trabalhar o plano b, que talvez seja esse. Mas aí eu me alio ao Deputado Wasny de Roure e outros, que é não usar o fundo capitalizado, porque é um prejuízo muito grande, mesmo que seja com essa finalidade.

Mas vamos estudar junto com vocês.

Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. André Ângelo, Presidente do SINTRALAB – Sindicato dos Técnicos em Laboratório.

SR. ANDRÉ ÂNGELO LUZ – Boa noite a todos. Agradeço o convite do Deputado Joe Valle.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	62

Pessoal, uma coisa que eu quero passar para vocês é o que está acontecendo muito. Vários servidores se aposentaram e estão há mais de um ano sem receber a parcela das pecúnias por falta de recurso. Aí eu pergunto: se servidores que se aposentaram estão há mais de um ano sem receber esse direito que é deles – eles trabalharam e têm direito –, agora eles querem que isso venha a acontecer com nós do fundo capitalizado?

Os grandes economistas falam para que você faça uma poupança. Aí você está fazendo uma poupança para que ter uma aposentadoria tranquila e vem uma pessoa e retira esse dinheiro e não vai colocar de volta? Eu fico com esse pensamento.

O Deputado colocou aqui, mais cedo, que o governo vai utilizar 170 milhões apenas para pagar aposentados, que o governo não vai usar esse benefício com outra coisa.

Eu vou dar um exemplo claro da minha vida. Eu tenho vários empréstimos. Quando me sobram 300 reais e termino de pagar um empréstimo, eu vou lá e já faço outra conta, porque me sobraram 300. Agora, se eu tenho uma dívida todo mês de 170 milhões e seu eu tenho um respiro de 170 milhões, eu não vou utilizar esses 170 milhões com outra coisa?

Então, sei lá. É meio querer fazer com que a gente assine um atestado de burrice dizer que o governo não vai utilizar 170 milhões com outra coisa. É uma coisa que não dá para entender.

É igual à lógica: eu tenho um balde cheio de água e ele tem um furo. Vai pingando a água, vai pingando. Vai chegar uma hora em que a água vai estancar, que a água vai acabar. Vai chegar uma hora em que o recurso vai acabar.

Assim como está acontecendo com o pessoal do fundo previdenciário que não está recebendo as pecúnias, quando chegar a nossa vez de nos aposentarmos, nós não vamos ter dinheiro. Essa é a nossa preocupação.

A gente não é oposição por oposição, a gente não está aqui para querer atrapalhar o governo.

Eu deixo uma sugestão: se não tiver jeito mesmo, que a gente pague pelo menos uma porcentagem. A gente paga 20% do superavitário do fundo capitalizado, mas que não tirem o dinheiro completamente para que ele não seque. Sei lá, é só uma sugestão. Se não tiver jeito mesmo, a gente faz uma contribuição, a gente paga uma pensão de 20% para que não peguem o dinheiro todo.

É isso aí.

DEPUTADO JOE VALLE – Ok.

Nós estamos encerrando. Eu quero falar porque o governo fala para o setor produtivo: "Se o Presidente da Câmara não botar para votar, vai atrasar salário e vocês não vão receber". E aqui os servidores falam: "Se o Presidente da Câmara

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	63

botar para votar, vai acabar o fundo e a gente não vai colocar”. Mas não tem problema, não. Essa é a minha função. Esta é a função de nós que estamos aqui: buscar consenso nesse processo de crise. E é isto que nós estamos fazendo: discutindo, discutindo, dialogando, dialogando. Vamos ficar surdos de tanto escutar. Essa é a lógica.

Temos já algumas propostas, consultamos o Deputado Wasny de Roure, que está sempre conosco, o Deputado Wellington Luiz, os Deputados estão buscando ver. Não é um problema fácil de se resolver porque não está resolvido no Brasil inteiro. É um imbróglio em todos os estados, mas aqui em Brasília nós vamos resolver. Aqui nós vamos resolver escutando todas as partes, ouvindo todas as partes, porque nós temos bastante seriedade nesse processo, nós temos bastante responsabilidade para que consigamos chegar a um consenso. Vai ser bom para todo mundo? Que seja bom para todo mundo pelo acordo, pelo processo da colaboração. Agora, todo mundo vai se ajustar um pouquinho porque essa é a realidade que nós estamos vivendo, não há outra realidade.

Então, quero colocar para vocês o seguinte: nós aqui estamos trabalhando há mais de quinze dias com muita seriedade, com a possibilidade de resolvermos um problema e sermos exemplo para o País inteiro, dando segurança aos nossos servidores.

Nós não vamos permitir, dentro das nossas possibilidades claras, democráticas e republicanas – para não ficarmos com o discurso de que faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço. No convencimento dos Deputados, no convencimento do governo, usando os melhores técnicos que temos disponíveis, usando a inteligência que temos nesta cidade para chegarmos num caminho.

A gente já começou a escrever isso, já passei os textos para algumas pessoas, a criação do fundo garantidor, o aporte dos ativos necessários com liquidez suficiente para dar garantia para que a gente não dilapide esse fundo de forma nenhuma, nem no curto, nem no médio e longo prazos, porque senão vai ser isto mesmo: o fundo financeiro vai dizer para o fundo previdenciário “Eu sou você amanhã”, porque, não se fazendo nada, quando se fizer o corte e a segregação, porque é uma nova segregação quando eu faço a previdência complementar, daqui a dez anos, nós vamos ter do fundo previdenciário talvez 20% de aposentados. Daqui a vinte anos, nós teremos 50% de aposentados e o processo da balança começa a rodar de novo porque nós vamos fazer um corte da previdência complementar que foi feito no País inteiro. Não tenham dúvidas disso.

Então o que nós temos agora é – fazendo atuarialmente, como diz o Willemann – a possibilidade de uma solução minimamente sustentável para que saíamos daqui com segurança. É nessa direção, é nesse caminho que nós estamos buscando o debate. E é a quarta ou quinta vez que nós já estamos aqui, fora audiência pública, fora reuniões de portas fechadas com técnicos, de todos os técnicos com abertura para todas as pessoas, lembrando que eu chamei o TCDF e ele não quis vir. Veio porque eu falei com a Presidente, ela mandou o Secretário-

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	64

Geral, mas os técnicos não, porque eles têm certa resistência de fazer essa discussão porque eles vão auditar essa lei daqui a pouco, esses processos, o que é muito ruim para todos, muito ruim para todos!

Mas nós estamos discutindo, estamos trabalhando. É importante vocês buscarem os Deputados com que vocês têm contato para conversar, porque nós já chegamos a um momento de esgarçamento desse processo, em que os Deputados agora querem votar para não ter mais essa reação, porque estão com fotografias nas ruas, fotografias para lá e para cá. Então eles estão correndo para votar, querem que seja votado porque estão com esse processo. Bom, tudo bem. Acho que essa é uma questão que na democracia existe. Vocês têm a liberdade de fazer.

Eu só estou colocando o seguinte: que uma das pautas da pressa do Colégio de Líderes, inclusive... Falou "Vamos acabar logo com isso, o desgaste é muito grande e tal", e eu falei "Não, não pode, vamos trabalhar para que possamos ter uma solução".

Acho que essa visita, essa conversa, essa vinda de vocês e a conversa com os Deputados é extremamente importante. É extremamente importante porque, afinal de contas, são os Deputados que vão votar aqui. E, se nós não votamos ainda, é porque o governo não teve a segurança de que tinha a maioria para votar aqui.

Se nós construímos um substitutivo – estamos trabalhando com os técnicos da Casa, com todo mundo, com o PT, com todos os partidos –, se foi construído um substitutivo, é porque nós estamos fazendo uma resistência dentro desta Casa, legítima, republicana e democrática. E essa solução que está sendo construída está sendo construída com todos, ouvindo todos, em grupo e individualmente.

Hoje nós fizemos aqui, colocamos um substitutivo e lemos tudo isso com o técnico que tem a competência para poder fazer os esclarecimentos dos Deputados que estão estudando e se aprofundando no processo, e lemos artigo a artigo. Artigo a artigo! Isso não é uma coisa que acontece muitas vezes nesta Casa, está certo?

Então, quero dizer para vocês que eu, pessoalmente, como Deputado, não me sinto maduro para votar esta matéria. Vou me colocar contrário a isso. Vou fazer um apelo aos Deputados para que a gente possa ter um tempo.

No nosso entendimento, vocês têm uma maturidade enorme para não cair nessa armadilha do parcelamento de salário. Essa armadilha ele está fazendo comigo, com o setor produtivo, está politizando esse processo. O tempo inteiro politizando, colocando no campo da disputa política, e eu pedindo: não ponha no campo da disputa política! Não ponha no campo da disputa política! Vamos trazer isso porque é uma matéria de extrema seriedade e que mexe com 600 mil vidas no Distrito Federal, pois são vocês e a família de vocês. Então, não se pode colocar isso no campo de disputa política, mas ele está colocando, ele insiste em colocar, a todo momento, vai à imprensa falar esse monte de bobagem que ele tem falado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	65

Eu gostaria de pedir, inclusive, que a gente dê esse entendimento para todas as pessoas, dessas discussões que estão acontecendo aqui, dos textos que estão sendo feitos. A gente fez um primeiro substitutivo com auxílio-doença e com algumas outras coisas, e ali eu tinha segurança de votar no emergencial para podermos ter a condição, por isso alertando para esse problema seriíssimo. Temos de resolver esse problema aí e, depois de resolver, ele não quer ver mais nada, quer dizer, colocar o dinheiro na mão e: até logo.

A gente teve o cuidado de fazer estar na lei esse processo do prazo, até 31 de outubro complementar, até 10 de dezembro o resultado dos fundos. E, agora, num novo momento, tem uma nova proposta em que já está lá elencado os ativos, ativos que possam ser monetizados, que possam ser utilizados, que possam passar a ser renda para o fundo, outras rendas que não só as contribuições.

Então, esse é o processo, esse é o caldeirão que a gente está trabalhando. Chegamos aqui às 15h, e agora são 19h30min, estamos há quatro horas e meia. Agora temos que encerrar porque haverá uma sessão solene aqui, e quero, da minha parte, agradecer muito a participação de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Temos a Elza ainda inscrita. Elza, muito rapidamente, pois de fato estamos ali lotados de pessoas, os policiais militares estão aqui há algum tempo.

Concedo a palavra à Sra. Diretora do SINDATE – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, Sra. Elza Aparecida

SRA. ELZA APARECIDA – Eu sou Elza, sou diretora do Sindate, faço parte também do Conselho de Administração do Iprev, mas sou suplente.

Estive conversando com o meu colega Adriano – sou da enfermagem, técnica de enfermagem – e chegamos a uma conclusão: o erro houve, sim, quando se criou o Iprev e não se criou um fundo de recompensa do fundo financeiro naquela época, a recomposição do fundo financeiro previdenciário do Regime Geral de Previdência. Porque hoje, depois que se criou o Iprev, esse dinheiro está sendo depositado no Iprev e não está chegando no Regime Geral de Previdência, e eles querem tapar o buraco. A verdade é essa! Então, o erro houve em 2007. E aí estamos aqui discutindo como resolver esse problema.

Quero fazer um apelo aqui aos Srs. Deputados para que tentem assegurar da melhor forma possível. Não cometam o mesmo erro cometido no passado. E que criem um fundo que assegure a aposentadoria dos senhores do passado, do presente e do futuro. Isso tem de ser assegurado aqui inteligentemente com base técnica e com os Srs. Deputados.

É isso que tenho a agradecer, muito obrigada. E continuamos à disposição de vocês para a discussão. Muito obrigada. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Elza, teremos essa atenção, sem dúvida alguma.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	09	2017	15h10min	83ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	66

Mais uma vez, agradeço a presença de todos vocês, a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e demais convidados. Muito obrigado, fiquem com Deus e um forte abraço.

Declaro assim encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 19h34min.)